

PUCRS

ESCOLA DE NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO  
DOUTORADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

ÁLVARO MAIA BATISTA

**ÉTICA, MUDANÇA ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO: TRÊS ENSAIOS SOBRE  
ECONOMIA BRASILEIRA**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ÁLVARO MAIA BATISTA

**ÉTICA, MUDANÇA ESTRUTURAL E DESENVOLVIMENTO:  
TRÊS ENSAIOS SOBRE ECONOMIA BRASILEIRA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Área de concentração: Economia Regional

Orientador: Prof. Dr. Silvio Hong Tiing Tai

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

B333e Batista, Álvaro Maia

Ética, mudança estrutural e desenvolvimento : três ensaios  
sobre economia brasileira / Álvaro Maia Batista. – 2021.  
76 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia do  
Desenvolvimento, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Hong Tiing Tai.

1. Ética. 2. Economia. 3. Desenvolvimento. 4. Mudança estrutural. I.  
Tai, Silvio Hong Tiing. II. Título.

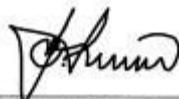
**Álvaro Maia Batista**

"Ética, mudança estrutural e desenvolvimento: três ensaios sobre economia brasileira"

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 29 de outubro de 2021, pela Banca Examinadora.

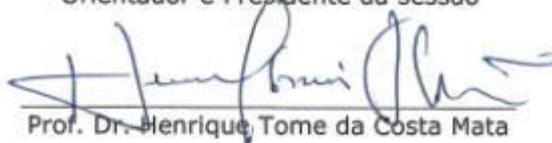
BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dr. Silvio Hong Ting Tai

Orientador e Presidente da sessão



---

Prof. Dr. Henrique Tome da Costa Mata



---

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes



---

Prof. Dr. Adalmir Antonio Marquetti

Para Valentina

## **AGRADECIMENTOS**

A Priscila, Antonio, Marly e Alexandre, pela parceria e suporte: meu esteio seguro. Mais uma conquista nossa.

À Damiana, pelo apoio material.

Ao meu orientador, professor Silvio Tai, pela confiança e acolhida desde nosso primeiro contato. A generosa partilha de sua habilidade com grande volume de dados e atenção aos detalhes garantiram uma melhora significativa no resultado que agora apresento. Evidentemente que está isento de qualquer falha ou equívoco que restem.

Aos demais professores e colegas do Programa, em especial o professor Adalmir Marquetti, que dentro e fora de sala de aula me ensinou muito. Ao professor Henrique Tomé, que faz parte de minha trajetória formativa desde o mestrado e sempre ensina muito com suas observações e exemplo. Ao professor Danilo Fernandes, que tão generosamente comentou o trabalho e acolheu minhas dúvidas.

Aos funcionários que trabalham para a manutenção da estrutura que temos o privilégio de utilizar: secretarias, biblioteca, seguranças, recepcionistas, limpeza e todos os envolvidos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido para a realização do curso.

## RESUMO

O objetivo da tese é investigar o modo como ética, mudança estrutural e desenvolvimento econômico se articulam na trajetória econômica brasileira recente (desde a década de 1980). Como estratégia metodológica será feita uma pesquisa bibliográfica com análise crítica de textos que se relacionam com o tema. Também será utilizada uma abordagem quantitativa para calcular o Índice de Modernização Estrutural Relativa (IMER), que ajudará a compreender como se deu o evoluir tecnoprodutivo dessas subdivisões (político administrativas) regionais. O método predominante de análise será o histórico indutivo-dedutivo, pois todas as informações e dados serão analisados tendo em vista o entendimento daquela articulação historicamente situada, ao mesmo tempo em que se avança na discussão de teorias que buscam compreender as causas do subdesenvolvimento no Brasil. A ausência histórica de uma elite nacionalista no país tende a obstaculizar a trajetória desenvolvimentista brasileira, ao mesmo tempo em que aponta para o aprofundamento democrático (através da política) como via de superação de estruturas sociais frácticas.

**Palavras-chave:** Ética; Economia; desenvolvimento; mudança estrutural.

## **ABSTRACT**

The aim of this thesis is to investigate how ethics, structural change and economic development are articulated in the recent Brazilian economic trajectory (since the 1980s). As methodological strategy, a bibliographical research will be carried out with critical analysis of texts that relate to the theme. A quantitative approach will also be used to calculate the Relative Structural Modernization Index (IMER), which will help to understand how the techno-productive evolution of these regional (administrative policy) subdivisions took place. The predominant method of analysis will be inductive-deductive history, as all information and data will be analyzed with a view to understanding that historically situated articulation, while advancing in the discussion of theories that seek to understand the causes of underdevelopment in Brazil . The historical absence of a nationalist elite in the country tends to hamper Brazil's developmental trajectory, while at the same time pointing to the deepening of democracy (through politics) as a way to overcome deleterious social structures.

**Keywords:** Ethics; Economics; development; structural change.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>ENSAIO UM: ÉTICA, ECONOMIA E SUBSISTÊNCIA HUMANA ATRAVÉS DO MERCADO .....</b>	<b>11</b>
2.1	INTRODUÇÃO.....	11
2.2	VALORES NOS MERCADOS OCIDENTALIZADOS .....	12
2.3	ÉTICA E ECONOMIA .....	18
<b>2.3.1</b>	<b>O período sistemático .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3.2</b>	<b>O período da esfera econômica .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3.3</b>	<b>Responsabilização: para além das esferas.....</b>	<b>22</b>
2.4	UMA PROPOSTA ÉTICA RADICAL.....	23
2.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	25
<b>3</b>	<b>ENSAIO DOIS: SUBDESENVOLVIMENTO COMO INSTITUIÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO .....</b>	<b>27</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	27
3.2	ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: REVISITANDO TEORIAS .....	27
3.3	SUBDESENVOLVIMENTO COMO INSTITUIÇÃO .....	31
<b>3.3.1</b>	<b>O Direito Econômico do subdesenvolvimento .....</b>	<b>35</b>
3.4	SUBDESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO .....	36
3.5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	38
<b>4</b>	<b>ENSAIO TRÊS: PRODUTIVIDADE, MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL E CRESCIMENTO EM DIFERENTES NÍVEIS REGIONAIS BRASILEIROS (1985-2017) .....</b>	<b>40</b>
4.1	INTRODUÇÃO.....	40
4.2	DIMENSÃO TECNOPRODUTIVA .....	41
4.3	A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL RELATIVA .....	43
4.4	OS DADOS .....	45
4.5	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	46
4.6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	57
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
	<b>APÊNDICE A – Composição das variáveis .....</b>	<b>67</b>
	<b>APÊNDICE B – Trajetória estrutural para os estados brasileiros e DF .....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE C – Valores de alfa para o IMER e correlação (Pearson) com</b>	

**variáveis selecionadas .....73**

## 1 INTRODUÇÃO

Toda definição de desenvolvimento carrega em si uma ideologia (um conjunto de valores) que fica mais ou menos explícita, a depender da autocrítica realizada por quem a utiliza. Por esse motivo, o presente trabalho explora essa assertiva e dialoga com trabalhos que estudam o papel dos valores na vida social, que estudam a Ética, inclusive sob a perspectiva econômica.

O objetivo geral da tese será o de investigar o modo como ética, mudança estrutural e desenvolvimento econômico se articulam na trajetória econômica brasileira recente (desde a década de 1980). Discutir a relação entre ética, economia e a subsistência humana no Brasil envolve um questionamento sobre as estruturas (em suas múltiplas dimensões: econômica, política, cultural e psicológica) que sustentam as formas de socialização que aqui aparecem. A qualidade das instituições econômicas refletem as opções que foram feitas por determinada região *vis-à-vis* suas relações com outras regiões, relações essas que são tanto mais assimétricas e conflituosas quanto é a escala de análise, ou seja, menos conflituosa entre municípios de um mesmo país, mais conflituosa entre estados, mais ainda entre países.

Por isso é importante investigar o papel das mudanças que ocorreram nas estruturas tecnoprodutivas das regiões brasileiras nas últimas décadas. As consequências das opções governamentais por caminhos de (sub) desenvolvimento devem aparecer também nas trajetórias das transformações tecnoprodutivas ocorridas, já que um pressuposto assumido no trabalho diz respeito às imbricações entre as várias dimensões da estrutura social (ou indissociabilidade entre infraestrutura e superestrutura).

Escolhemos como marco histórico inicial para a análise de dados, o período de redemocratização (1985) que culminou com a Constituição de 1988. Além de coincidir com essa relevante mudança institucional, por essa mesma época o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a gestão governamental do trabalho (atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho) passam a publicar de forma sistemática as informações sobre trabalho e produção das Unidades da Federação; mais tarde fizeram o mesmo (só que de forma menos detalhada) para os municípios.

Como estratégia metodológica será feita uma pesquisa bibliográfica com análise crítica de textos que se relacionam com o tema. Também será utilizada uma abordagem quantitativa para calcular o Índice de Modernização Estrutural Relativa (IMER), que nos ajudará a compreender como se deu o evoluir tecnoprodutivo dessas subdivisões (político administrativas) regionais.

Entretanto, o método predominante de análise será o histórico indutivo-dedutivo, pois todas as informações e dados serão analisados tendo em vista o entendimento daquela articulação historicamente situada, aqui já mencionada (ética, mudança estrutural e desenvolvimento). Ao mesmo tempo, será preciso avançar na discussão de teorias que buscam compreender as causas do subdesenvolvimento no Brasil.

Nesse sentido, o primeiro ensaio discutirá a relação entre ética, economia e a subsistência humana, que nas sociedades urbanizadas ocorre através do mercado. Para tanto, iniciará com uma análise crítica da significação que o comércio assume nas sociedades ocidentalizadas e uma revisão de algumas concepções éticas elaboradas por economistas. No final, apresentará uma proposta ética radical acompanhada da revisão do conceito de revolução, ambas elaboradas na esteira do pensamento de Emmanuel Levinas.

O segundo e o terceiro ensaios explorarão esses aspectos. O segundo analisará o conceito de (sub)desenvolvimento de modo a conjugar as exigências éticas e a necessidade de mudança estrutural na sociedade brasileira. Toda ideia de desenvolvimento econômico vem acompanhada de uma qualificação da noção de crescimento e é com essa qualificação, implícita ou explicitada pelos pesquisadores, que os pressupostos éticos precisam ser enfrentados. Está implícita aqui a ideia de que a escolha feita historicamente pela sociedade brasileira passa por aquilo que os historiadores chamam de via prussiana, ou revolução passiva – apesar de José Chasin (1978) preferir argumentar sobre o que caracterizou de via colonial. Desse modo, houve uma formação social que, ao invés de romper traumáticamente com o passado colonial escravista, optou pela acomodação e conciliação entre o novo e o velho (em termos institucionais), entre o atrasado e o moderno (em termos produtivos), entre a heteronomia e a autonomia (em termos de inserção internacional).

Por fim, o terceiro ensaio investigará a relação entre modernização tecnológica na produção, produtividade e crescimento econômico no Brasil, a nível municipal, estadual e de regiões metropolitanas. Utilizando dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), é calculado o índice de modernização estrutural relativa para os níveis regionais citados.

A expectativa, seguindo trabalhos relacionados ao assunto, é de que exista uma grande concentração em pontos baixos e intermediários de modernização e pouca consistência, no evoluir das regiões, em direção a maiores níveis de produtividade e modernização tecnoprodutivas. É regionalmente (ou espacialmente, como preferia Milton Santos) que estão

materializadas as desigualdades nacionais, as quais, persistentemente, aparecem em inglórias posições de destaque nos indicadores que versam sobre o assunto.

A produção econômica diz respeito ao modo como as sociedades se organizam para garantir sua subsistência. Tem a ver com sua autonomia, com sua capacidade de planejar e construir uma trajetória própria. O domínio do conhecimento, da tecnologia e das habilidades para sua aplicação na produção são exigências indispensáveis na fase atual do sistema econômico. Eis o motivo de analisarmos esse aspecto da economia brasileira no segundo ensaio.

## **2 ENSAIO UM: ÉTICA, ECONOMIA E SUBSISTÊNCIA HUMANA ATRAVÉS DO MERCADO**

### **2.1 INTRODUÇÃO**

Neste ensaio, discutimos a relação entre ética, economia e subsistência humana, que, nas sociedades urbanas<sup>1</sup>, passa sempre pela compra e venda de mercadorias. Inicialmente, fazemos uma análise crítica da significação que o comércio assume nas sociedades ocidentalizadas; em seguida, uma revisão de algumas propostas éticas elaboradas por economistas.

A reconstrução histórica do significado do comércio e das trocas é importante porque ainda vivemos em sociedades onde a ubiquidade dos mercados condiciona a estruturação de todas as relações e instituições humanas. A subsistência humana depende agora de um mecanismo recente de funcionamento dos mercados que se destacou e subsumiu as demais dimensões do humano a esse mecanismo de oferta-procura-preço. Por isso, estamos de acordo com Karl Polanyi (2001), quando afirma que o esforço por separar o trabalho das outras dimensões da vida e sujeitá-lo às leis do mercado substituiu a socialização pela atomização, como modelos de organização social.

A subsistência nas economias modernas passa, portanto, pelo comércio: se não vender seu trabalho ou não comprar os alimentos, não há sobrevivência possível para maior parte das pessoas (os trabalhadores). Fazer uma análise da significação histórica do comércio é interessante porque nos permite colocar esse fenômeno em perspectiva, além de manifestar sua contingencialidade.

Por exemplo, os valores éticos que o ato de trocar incorpora contemporaneamente nas sociedades urbanas não são os mesmos cultivados pelas sociedades do passado e nem correspondem aos valores cultivados, ainda hoje, pelos povos tradicionais. O próprio arcabouço conceitual utilizado para estudar o comércio mudou desde que a Economia se tornou uma ramificação independente da Filosofia e passou a ser praticada, de forma crítica ou acrítica, por tradições ético-epistêmicas concorrentes. Daí a relevância de nos aproximarmos das propostas de economistas acerca da eticidade, do conteúdo moral que essas propostas carregam e de suas implicações para o futuro do planeta.

---

<sup>1</sup>Seguimos a interpretação proposta por Veiga (2002), segundo a qual a pressão antrópica sobre os ecossistemas é um bom indicador de grau de urbanização.

Não se trata de buscar regras formais de conduta ou de embrenhar-se pela casuística, e sim de revisitar os fundamentos daquilo que socialmente se tornou importante. Por isso, julgamos oportuna a reflexão ética de Emmanuel Levinas — apresentada mais adiante neste ensaio —, pois ela não está interessada na distinção entre bom e mau ou em criar hierarquia de bens, ela “(...) não pode ser culto ou uma ordem ou ‘escala’ de valores porque é resposta e responsabilidade **sem medidas** diante do outro e ao outro” (SUSIN, 1984, p. 258, grifo do autor no original).

Na história do pensamento ocidental, as discussões acerca do ser têm ocupado um lugar central. Na elaboração de sistemas e teorias, a ontologia ou a epistemologia invariavelmente ocupam a posição de filosofia primeira: ponto de partida ou fundamento. Na tradição fenomenológica heideggeriana, na qual Levinas está inserido, ocorre uma inversão (revolução) importante quando a transcendência passa a ser vista como dimensão horizontal, em vez de vertical, da existência (BARTKY, 1979).

Dessa forma, uma leitura relacional e meditativa ocupa o espaço de uma leitura aristocrática e calculista. A primeira dá origem à valorização dos aspectos qualitativos, estéticos e místicos; a segunda, à economia e ao planejamento quantitativo. A leitura calculista está ligada ao desenvolvimento da tecnologia e a seu escopo de controle sobre os fenômenos internos e externos ao humano, ao tipo de empresa que começa a ser gestada no espírito empreendedor dos comerciantes da Idade Média, como veremos a seguir.

## 2.2 VALORES NOS MERCADOS OCIDENTALIZADOS

O comércio é um dos tipos de troca que os seres humanos realizam desde os mais remotos registros, por isso não devem surpreender os esforços que se multiplicam no sentido de ressignificá-lo: comércio justo, *slow food*, quilômetro zero, renda de cidadania etc. Por outro lado, há também esforços cujo propósito é mais amplo e visam ressignificar não só o comércio, mas a própria produção e a vida econômica como um todo: permacultura, economia circular, economia solidária etc.

Uma característica importante das mercadorias atualmente é a sua linearidade, ou seja: compramos algo novo, utilizamos e dispensamos (lixo ou então “caridade” com os mais pobres). Outro ponto que merece destaque é a ideia de realização e riqueza através da propriedade e do acúmulo de bens e recursos, sendo apenas através do consumo que as pessoas se sentem vivas e existem (BAUDRILLARD, 2003). A sofisticação das estratégias comerciais

explora justamente esses valores, a fim de ampliar a lucratividade, e, por isso, existe a compreensão da importância de se assumir uma nova ética para refazer as bases das trocas e sua relação com o ecossistema.

Nesse contexto é que aparecem os esforços em prol da precificação dos “serviços” da natureza e dos recursos naturais. Entendemos, ao contrário, que a formação de uma nova ética, uma nova relação com o meio ambiente, não deve permitir a pergunta sobre os preços de todas as formas de vida: elas possuem valor, inegavelmente, mas não deveriam entrar na dinâmica do mercado. Ocorre uma convergência com a crítica de Karl Polanyi (2001), para quem, o mecanismo de oferta-procura-preço está na base do moinho satânico que põe em risco a existência da própria humanidade. O mercado, com esse tipo de funcionamento, é uma ameaça a toda sociedade (MARX, 2017).

Quando o planeta e o trabalho humano se tornam mercadorias no interior desse mecanismo, os limites aos interesses individuais começam a desaparecer. A qualidade perde importância diante da quantidade, e o ecossistema (*Urihi, Pachamama*)<sup>2</sup> pode ser comprado e vendido em alqueires de terra; a vida das pessoas (contada em horas de trabalho) é comprada por preços (salários) indignos. Por exemplo: 80,4% dos trabalhadores brasileiros, que compreendem a baixa classe média, a massa trabalhadora e os miseráveis, gastam suas vidas em empregos e trabalhos que mal lhes permitem sobreviver, com rendas inferiores a R\$ 1.697,00 mensais *per capita*, como aparece no quadro a seguir<sup>3</sup>.

<b>ESTRUTURA SOCIAL DOS OCUPADOS NO BRASIL</b>			
<b>2018.4</b>			
<b>PADRÕES DE VIDA</b>	<b>Nº (mil)</b>	<b>%</b>	<b>RENDA MÉDIA*</b>
Alta Classe Média	6.092	6,3	11.803
Média Classe Média	12.726	13,2	3.791
Baixa Classe Média	38.809	40,4	1.697
Massa trabalhadora	25.899	26,9	918
Miseráveis	12.622	13,1	313
<b>Total</b>	<b>96.147</b>	<b>100</b>	<b>2.223</b>
Fonte: IBGE/PNAD Contínua Trimestral. * A preços de out./2018.			
<b>POBRES E MISERÁVEIS</b>	<b>77.329</b>	<b>80,4</b>	

<sup>2</sup> Expressões nas línguas ianomâmi e quíchua, respectivamente, para designar a Terra-Floresta e Mãe Terra.

<sup>3</sup> Quadro “Estrutura social dos ocupados”, elaborado pelo professor Waldir José de Quadros. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/590032-e-assustadora-a-bomba-relogio-que-temos-pela-frente-80-dos-trabalhadores-brasileiros-sao-pobres-e-vivem-com-renda-de-ate-1-700-reais-entrevista-especial-com-waldir-quadros>>.

Esses dados são resultado da clivagem social que o mercado que compra e vende tempo de vida humana, sob a forma de trabalho, pode gerar. Na sociedade brasileira, por exemplo, existe a percepção de que um dos principais problemas é a violência, mas certamente a violência de que fala o grupo do topo dos rendimentos não é igual à violência de que fala a base: há diferenças entre temer um sequestro e temer não ter o dinheiro para pagar o pedágio<sup>4</sup> na rua da própria casa; entre temer perder investimentos na bolsa de valores e temer o final do mês, porque o salário (mínimo) recebido não será suficiente; ou, ainda, entre temer a demora da polícia e temer a própria polícia.

A significação social do mercado acompanha de perto a significação do trabalho na história ocidental: uma tarefa para escravos e estrangeiros no período helênico, ofícios característicos de judeus e servos no medieval, apenas uma atividade entre outras na contemporaneidade. Hannah Arendt (2008) destaca que Platão recomendou a fundação de novas cidades-estado longe do mar, para que Atenas não recebesse influência dessa atividade suspeita, o comércio, não obstante ser ela a responsável por boa parte de sua riqueza.

O historiador Jaques Le Goff (1979) assinala a dificuldade em poder identificar se é o comércio que gera a expansão das cidades, ou se são estas que permitem a expansão do primeiro. O mesmo historiador destaca a dimensão exterior dessa dinâmica mercantil, pois ela afeta principalmente uma pequena minoria, deixando de lado a maioria de pequenos artesãos e mercadores que ignoram a busca de crescimento e prosperidade através da troca. De qualquer modo, Le Goff enfatiza que, nas sociedades cristãs medievais, o comércio era acompanhado pelo sentido de reciprocidade e não pelo de usura ou busca do lucro: esse era um dos motivos pelos quais os judeus e os comerciantes, que visavam ao lucro, eram vistos com suspeita pela Igreja.

Nesse mesmo sentido, vemos, em Norbert Elias (1993), que a expansão do comércio nos séculos X e XI ensejou o aparecimento da necessidade de sincronização e previsão das condutas humanas em escalas inauditas. A vida nas cidades era acompanhada da inibição e do controle das paixões, pela imposição de um “ritmo” novo de vida: horários marcados, duração das jornadas e cronometragem das atividades. Os indivíduos precisavam subordinar

---

<sup>4</sup> Em regiões dominadas por facções criminosas no Brasil, é comum a cobrança de uma taxa de circulação dos moradores, o pedágio.

momentaneamente suas inclinações a esses objetivos maiores, representados pela sincronização e previsão das condutas. Há uma dupla dimensão nesse esforço por subordinação que ajudará a compor o superego — uma horizontal e outra vertical —, assim como há múltiplas velocidades nas mudanças entre os setores agrário e urbano. Passam a conviver os indivíduos que se veem forçados ao trabalho por subsistência material e os indivíduos que se veem forçados ao trabalho por subsistência simbólica (seu *status* social é sua justificação e significado), ou seja, o prestígio e sua conservação é o que dá sentido ao esforço das classes que vivem acima do nível de subsistência.

Nos mercados medievais, os produtores exibiam seus produtos para a venda, sua produção era seu orgulho. No período moderno, os vendedores profissionais vão ao mercado oferecer mercadorias, sua venda é acompanhada de um sentimento de vaidade. O *homo faber* atribui valor à sua atividade e às atividades dos demais membros da sociedade. A sociedade laboral atribui ao trabalho um preço de mercado (o salário) que não o diferencia qualitativamente de uma máquina: não há perda qualitativa em esta última substituir o primeiro. Ocorre, desse modo, uma degradação na relação com o próprio trabalho e seus resultados: a obra não diz nada com respeito a seus autores, não pode ser encarada como o fruto ou o espelho de personalidades vivas.

As mudanças inauguradas com a modernidade afetam aquilo que Norbert Elias (1994) chama de “as três coordenadas básicas da vida humana”: a formação e o posicionamento do indivíduo dentro da estrutura social, a própria estrutura social e a relação dos seres humanos sociais com os acontecimentos do mundo não humano. A partir daí, os indivíduos podem conhecer e transformar o mundo com base em seu próprio esforço e capacidades, sem recorrer ou depender de uma autoridade. Essas mudanças ocorreram de forma integrada à crescente comercialização, a formação dos Estados, ascensão da burguesia e capacidade de os seres humanos afetarem o meio ambiente (a parte não humana da natureza).

O comércio também está ligado ao surgimento do Estado como empresário, já que, no século XVI, os reis se endividaram com a finalidade de financiar as navegações comerciais, que não encontraram outros financiadores dispostos a assumir os riscos envolvidos na empresa. Sem mencionar as corridas imperialistas, há ainda o fato de que “*Part of the mercantilist project was to create colonies, where independent economic development was effectively stifled since manufacture was allowed only in the home country*” (SWEDBERG, 2005, p. 238). As

expansões imperialistas foram acompanhadas pela expansão do comércio, e definir uma relação de causalidade entre esses fenômenos não é tarefa trivial.

Nesse contexto, merece destaque o processo de transformação de valores que pode ser representado pela transmutação da usura em uma virtude. A opulência tornou-se sinal da graça divina, e os ricos passaram a ser vistos como portadores de virtudes e exemplos a serem seguidos. O trabalho deve gerar riqueza para ser sinal de virtude, e, já na aurora da modernidade, o comércio tem o potencial de trazer grandes lucros.

Esse é também um dos frutos que estão prefigurados na solução cartesiana ao problema do conhecimento. A redução das relações dos homens com o meio ambiente a um conjunto de equações matemáticas elude e dissolve as relações reais e complexas, permeadas pelo imaginário e por sensações. Dessa forma, a ciência moderna começa a produzir o mundo objetivo sobre o qual os novos sábios e alquimistas se debruçarão: nenhum deus ou anjo maligno pode mudar o fato de que dois e dois são quatro. Os cientistas modernos produziram as condições que tornaram possíveis a dupla alienação que precisa ser enfrentada para a realização de qualquer mudança — a fuga da Terra para o Universo e a fuga do mundo para dentro de si mesmo (ARENDDT, 2008).

Hirschman desenvolve a tese de que as atividades comerciais ampliam seu espaço na sociedade entre o final da Idade Média e o século XVIII, e seu efeito é assimilado de forma ambígua pela sociedade e sua intelectualidade. Parte disso é devido ao modo como as relações comerciais passaram a ser encaradas. Elas adoçavam os contatos entre pessoas de diferentes nações, como Montesquieu no *Espírito das Leis* (citado por Hirschman) assevera: “O comércio (...) dá polimento aos costumes bárbaros e abrandá-os (*adoucit*), como podemos ver todos os dias” (HIRSCHMAN, 19179, p. 51). No século XVIII, tornou-se comum a expressão “cultivado”, em oposição a “bárbaro”, na Inglaterra e na Escócia; o comerciante endinheirado tornou-se o portador da “etiqueta”, que permitia travar relações nos mais diferentes lugares: “O Comércio tende a desgastar aqueles preconceitos que perpetuam as distinções e a animosidade entre as nações. Ele abrandá e dá polimento às maneiras dos homens” (HIRSCHMAN, 1979, p. 52).

Comércio, nesse período, para além de troca comercial, era sinônimo de conversa animada e intercâmbio social agradável, carregando consigo o significado positivo de polidez e comportamentos agradáveis. A imagem do comerciante como polido e pacífico passou a conviver com a prática violenta e arriscada da escravização de humanos, que movimentava a

riqueza na época. De qualquer modo, o comerciante não era visto como um nobre em busca da honrada glória, e sim como um avaro em busca do vil metal. Não obstante isso, os comerciantes e demais burgueses em ascensão precisavam construir uma narrativa que os distinguisse dos pobres, e essa foi elaborada com base na moralidade.

Ocorreu, então, uma grande transformação (POLANYI, 2011). Terra e trabalho transformaram-se em mercadorias e passaram a ser compradas e vendidas, obedecendo ao mecanismo de oferta e procura. Recordemos: terra é outro nome para natureza, e trabalho é outro nome para ser humano. Ambos passaram a servir a um mecanismo que (idealmente) trabalha apenas seguindo os incentivos de fome (de um lado) e desejo de lucro (de outro): “O mecanismo de mercado criou a ilusão de que o determinismo econômico é uma lei geral de toda sociedade humana” (POLANYI, 2012, p. 55).

O domínio do meio ambiente, sua alteração para servir aos propósitos monetários de facilitação do comércio e a modificação do terreno para torná-lo útil passaram a ser vistos como a medida mesma do avanço e do progresso. Hobsbawm (1995) cita o lema dos homens de negócio do século XIX: “onde tem lama, tem grana” — um lema ainda válido para atividades cujo labor contribui para a manutenção do crescimento econômico em seus respectivos estados (custe o que custar). Nesse ponto, a convergência com a análise crítica de David Harvey (2001) é esclarecedora, pois explicita a subsunção das regiões à busca por lucro, sua transformação e adequação às iniciativas e aos interesses de cunho econômico.

Jean Baudrillard, em sua argumentação, ajuda a compreender a importante mudança que representou a passagem do consumo racional para o consumo irracional na segunda metade do século XX. O consumo racional do carro é feito para facilitar o deslocamento ou permitir a realização dele em regiões de transporte coletivo inexistente ou precário. O consumo contemporâneo do automóvel está associado ao *status* que determinadas marcas e modelos conferem ao usuário: qual a racionalidade em conduzir uma caminhonete com tração nas quatro rodas em uma área urbana?

O comércio e a economia precisam ser reconhecidos como integrantes da sociedade, e esta deve ser entendida como parte do meio ambiente. Para ser coerente com isso, o comércio deve estar a serviço do acesso aos bens e serviços, a serviço da vida, como as diferentes culturas fizeram e fazem nas diferentes experiências históricas (BELSHAW, 1968; GEORGESCU-ROEGEN, 2003).

A mercadoria, como expõe Polanyi (1957), não é o objeto de troca da Antiguidade e nem está identificada mais com seu produtor (uma dimensão da transformação da qualidade em quantidade). Na contemporaneidade, são trocadas coisas por seus equivalentes mensuráveis, e, por isso, há um esforço para que tudo possa ser quantificado e comparado.

O comércio, hoje, na sociedade do consumo, é produto de uma determinada concepção de mercado com seu *ethos* específico. Desse modo, apesar de a análise das mutações do sentido do comércio e do mercado ajudar a entender melhor a sociedade, não basta o consumo consciente para que a difícil equação entre comércio e ecossistema (com o ser humano dentro dele) seja resolvida. Ações como reduzir o nível de consumo de energia em nossas casas, optar por orgânicos e viajar menos certamente diminuirão o impacto sobre o meio ambiente das pessoas que puderem se permitir essa escolha, mas essas são mudanças incrementais e não radicais (estruturais), evidentemente.

As mudanças estruturais, independentemente da forma como ocorram, transformam consigo o referencial axiológico de onde acontecem. As propostas sociais e teóricas, por isso, tornam-se mais transparentes quando explicitam o referencial ético que lhes serve de fundamento e/ou que almejam fomentar. Em busca dessa explicitação, na próxima seção, investigamos a forma como o pensamento econômico aborda a questão dos valores, em uma revisão histórica do tema.

## 2.3 ÉTICA E ECONOMIA

No passado, a economia era vista como parte da Ética. Aristóteles relaciona essas dimensões na **Ética a Nicômaco** e na **Política**. Além disso, a história do pensamento econômico é povoada por outros tratamentos próximos a esse, e isso ocorre em diferentes trabalhos, como os de Tomás de Aquino, John Stuart Mill, Thorstein Veblen e Adam Smith, por exemplo.

Os trabalhos econômicos da Antiguidade estão preocupados com a gestão dos recursos materiais que permitem a vida e longe de separar essa dimensão das demais dimensões da existência. Dessa forma, para nos atermos ao pensamento econômico enquanto ciência (ou técnica), iniciamos com o debate realizado no âmbito do liberalismo do século XVIII, que buscava resolver o problema moral da conciliação entre interesses privados e coletivos.

### 2.3.1 O período sistemático

O debate mencionado era uma questão filosófica, que, no ambiente escocês, gerou a aporia que apresenta os benefícios públicos como derivados de vícios privados, recebendo mais tarde uma solução inusitada (a mão invisível) do estudioso de questões morais Adam Smith. A mão invisível é um mecanismo que transforma vícios (paixões) em virtudes (interesses) e tem um local específico de realização, o mercado (no singular), que, após Smith, passou a ser encarado como realidade ontológica com leis próprias. As leis do mercado, seguindo essa leitura, perpassam a história e tornam-se um dos grandes interesses da ciência neófito (a Economia) que reconhece no filósofo escocês o seu patrono.

Vale destacar que as interpretações sobre a moral nas obras de Smith (1952; 1982) foram, em muitos casos, adaptadas aos valores dos liberalismos praticados nos séculos posteriores a seu aparecimento. Nas obras **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations** e **The theory of moral sentiments**, o filósofo apresenta a moralidade como conjunto de valores sociais que controlam o egoísmo dos homens.

As atividades humanas voltadas à busca dos interesses individuais são sempre mediadas por regras morais que estão consolidadas no Direito e na Política. Mercado, propriedade e capital são o fruto de relações sociais complexas que só podem ser bem entendidas quando inseridas no todo maior de um sistema de pensamento. Na obra smithiana, encontram-se ecos do pensamento estoico, em seu projeto de desvendar as leis universais do econômico, da mesma forma que o materialismo epicurista se fazia presente na defesa do utilitarismo.

Outro defensor do utilitarismo, John Stuart Mill (1882), trata a Economia no livro VI, dentro de **On The Logic Of The Moral Sciences**, e, por esse motivo, sem a possibilidade de se furta ao embate com os questionamentos daí decorrentes: para o filósofo, as ações humanas possuem uma natureza social e psicológica que os métodos positivistas não podem deluzir.

Liberdade, moralidade e necessidade são elementos constitutivos das ciências morais, e a capacidade de autoconstrução (modificação do próprio caráter) é uma peça chave desse esquema, gerando indeterminação. Apesar de combinar influências smithianas com as de outras correntes, Mill realiza sua própria síntese e proposta econômica.

O utilitarismo que ele advoga teria uma validade universal, e seu critério de validação lógico é a felicidade como fim ao qual todos almejam. Esse fim é buscado através das preferências individuais, que se expressam nas escolhas feitas no mercado (mas não apenas nele).

O equilíbrio do mercado torna-se uma peça fundamental na análise econômica posterior, e seu ferramental, importado da mecânica newtoniana, confere o rigor (e a gravidade performática) que os praticantes da economia incorporam como seus: o Produto Interno Bruto (PIB) é uma função, o resultado, de uma combinação de insumos, considerando uma determinada tecnologia. Somente esse produto é o resultado, não a poluição, o desgaste da saúde dos trabalhadores ou a instrumentalização do mundo — esses são os “benefícios públicos” gerados pelo livre fluxo dos vícios privados.

Com o avanço do processo civilizador, a vida em sociedade passa a ser encarada como um estuário onde se encontram os diversos veios (ou esferas) que a compõem: público, privado, jurídico, econômico, cultural etc. Cada uma dessas esferas possui grupos de especialistas que obtêm prestígio pelo cultivo de valores ligados àquilo que passa a ser chamado de neutralidade científica, e, a partir daí, a moral passa a ser tratada como um assunto de foro íntimo, da esfera privada.

### **2.3.2 O período da esfera econômica**

Keynes também entendia que a Economia é uma ciência moral, embora argumentasse, para além disso, que a moral predominante na cultura capitalista não é a correta<sup>5</sup>. Todos os seres humanos são dotados da capacidade de chegarem à verdade e, encontrando essa, àquilo que é bom. As coisas se tornam boas na medida em que contribuem para gerar a boa vida e alcançar coisas valiosas na vida: “estar enamorado, experimentar emociones estéticas y la persecución del conocimiento” (SKIDELSKY, 2009, p.163).

Caberia ao Estado a formulação de políticas econômicas que estimulassem a demanda agregada, gerando condições para a redistribuição da renda e a construção de sociedades com maiores níveis de bem-estar. Não é individualmente que serão encontradas soluções para problemas coletivos, por isso a via política importa em questões de desenvolvimento (KEYNES, 2013).

Eficiência, justiça social e liberdade individual são as três ideias norteadoras do pensamento keynesiano, onde a Ética deve ser a norteadora na construção das instituições que

---

<sup>5</sup> Uma ciência moral utiliza introspecção e juízos de valor, diferentemente do projeto das ciências naturais com seu escopo de objetividade.

conformarão as sociedades. Dessa forma, ele rejeita a moral utilitarista ao mesmo tempo em que defende uma educação voltada à bondade e não à busca de prazer e dinheiro.

Por outro lado, os trabalhos identificados com o pensamento pós-keynesiano que elaboram suas teorias econômicas tendo Keynes como referência partem do pluralismo metodológico e desenvolvem o entendimento de que um conjunto unificado de valores e normas não seria viável. As diferentes metodologias e a defesa da diversidade implicam na convivência com pensamentos e valores divergentes, pois são os valores que estão no fundamento das ciências (DOW, 2013; DOW, 2010).

Bem diferente na concepção e consequências éticas está a obra de Von Mises (1990). A praxeologia (uma ciência axiomática-dedutiva) é o fundamento da economia política e compõe um sistema de teoremas lógico e ontologicamente fechado. Ao caracterizar certos atributos dos indivíduos como “realidades ontológicas”<sup>6</sup> seu pensamento vai no sentido oposto da argumentação histórica que este trabalho desenvolve.

Outro economista, Amartya Sen (1991), optou por relacionar Ética e Economia a fim de destacar o enriquecimento que a segunda pode auferir ao se deixar interpelar pela primeira, sem deixar de sinalizar que o inverso também é verdadeiro. Ao distinguir economia do bem-estar de economia preditiva (e descritiva), ele aponta o empobrecimento sofrido por esta última ao se distanciar das considerações sobre os valores envolvidos no comportamento humano e da compreensão das questões morais presentes na vida social. Tampouco a utilização parcimoniosa do raciocínio utilitarista é capaz de suprir a carência das considerações sobre essa esfera nas teorizações econômicas, dadas as evidências que apontam para outras possibilidades de raciocínio ético e os limites que devem ser postos à compreensão do autointeresse (uma problemática abordada por Adam Smith, que, no mais das vezes, não recebeu uma interpretação adequada dos continuadores de sua obra).

Nesse mesmo sentido, vale recordar que a economia do bem-estar foi influenciada pelos desenvolvimentos da economia preditiva, mas o inverso não ocorreu. Esta última, a também chamada abordagem da economia baseada na engenharia, foi construída sem fazer as considerações necessárias para compreender as implicações morais de seus corolários para as pessoas e suas comunidades.

---

<sup>6</sup>Por exemplo: satisfação, insatisfação e propósito.

A proposta de Sen (1999) avança quando ele relaciona desenvolvimento com liberdade, colocando essa como condição e finalidade do avanço nas sociedades. A revisão dos valores ancorados sobre a noção de *Homo economicus* leva-o a propor outra forma para se pensar a organização social. Nesse ponto, ocorre uma convergência entre Sen e a proposta mais recente de Samuel Bowles (2016), a qual é também um alerta acerca dos efeitos deletérios de organizações baseadas apenas em incentivos e nos modelos de escolha individual.

Os incentivos, ao invés de estimularem a colaboração e os valores socializantes, podem comprometer e agir como forças frágticas sobre os vínculos e as tendências cooperativas. Com diversos exemplos e argumentação bem estruturada, Bowles demonstra que até mesmo a honestidade e a confiança podem ser desestimuladas por políticas e estratégias (públicas e privadas) que optem por tratar as pessoas como se elas fossem indivíduos hiper-rationais autointeressados.

### **2.3.3 Responsabilização: para além das esferas**

Atualmente, é incomum ouvir questionamentos sobre os valores que os planejadores de políticas econômicas incorporam em seus modelos, entretanto, variações da resposta de Milton Friedmann (EMMETT, 2010) aparecem com frequência: não importa se os economistas servem a regimes de terror ou a valores antidemocráticos, eles são como médicos que atendem o paciente (não importa quem ele seja). Ou os fins ainda justificam os meios, ou o mito da neutralidade da ciência continua a ecoar.

As grandes tragédias, como o nazismo, os genocídios e a instrumentalização da natureza, não são perpetradas por pessoas más, egoístas e mal-intencionadas, como se pensa habitualmente. As grandes tragédias são perpetradas na banalidade do dia a dia, por cidadãos comuns, pessoas normais e bem-intencionadas, que apenas cumprem religiosamente e acriticamente seus deveres — como a conhecida investigação de Hannah Arendt revelou (ARENDR, 2003).

De qualquer modo, uma lição que se pode tirar da histórica relação entre ética e economia é a de que não basta realizar estudos “técnicos” e depois (não) se perguntar sobre possíveis juízos de valores ali implicados, ou, em outros termos, torcer para que engenheiros e desenvolvimentistas dialoguem. Há um paradigma que impede a superação dessa dicotomia, há um excesso, um transbordamento de valores da modernidade (expresso na cisão entre subjetividade e natureza) presente no discurso econômico (LATOIR, 2013; ADORNO; HORKHEIMER, 1986).

A proposta de uma ética como mero apêndice de leituras (científicas e/ou religiosas) da realidade revelou-se insuficiente, quando não enganadora, na história da modernidade na parte ocidentalizada do planeta. Essa tradição quis conciliar os inconciliáveis e fazer aceitar o inaceitável: hoje, teoriza-se o que deveria ser abominado, justifica-se a hecatombe ecológica, a fome e a guerra.

Diante disso, é necessário recordar que o ser humano se constrói desde o nicho ecológico que ocupa, e essa construção é sempre relacional, intra e interespécies. Sendo relacional, é também ética, por definição, e toda ação humana é ecológica ao mesmo tempo em que é não neutra: não podemos fingir uma não responsabilidade em relação ao ecossistema. “Racionalidade significa relacionar-se com a realidade” (SOUZA, 2016, p. 182) e daí deriva para as ciências, como para toda forma de conhecer e agir humanos, o desafio da ética como fundamento.

#### 2.4 UMA PROPOSTA ÉTICA RADICAL

A proposta do pensamento de Levinas é também uma crítica à forma ocidental de pensar, e essa crítica refere-se à convergência que existe entre diferentes tradições éticas, no sentido da totalidade do sujeito (*self*, si mesmo), com a conseqüente subsunção e/ou eliminação do outro. A alternativa a essa postura é a abertura receptiva a esse outro, que se apresenta materialmente diante do sujeito e que possui também ele uma face, um olhar. O face a face, o encontro entre o sujeito e o outro precede qualquer discurso ou linguagem e é nele que a argumentação levinasiana irá deter-se.

O outro torna-se o ponto de interesse de Levinas, ao invés do sujeito (si mesmo), e, por isso, a ética, o contato entre o sujeito e o outro, tornam-se filosofia primeira: a condição que precede qualquer outra área do discurso (LEVINAS, 1991; 1998). Como se dá esse encontro? Há o cultivo do mal, ou a busca do bem? É uma relação de exploração? Essas são algumas das questões que essa perspectiva nos exige confrontar, é uma filosofia da alteridade que quer entender nossa relação com o outro (com tudo aquilo que me excede).

O outro é irreduzível, pois jamais o sujeito poderá assimilá-lo ou entendê-lo totalmente, e é por isso que há um paradoxo da alteridade: quanto mais o sujeito quer compreender ou assimilar o outro, mais sua diferença, sua alteridade, é eliminada, subsumida. Dessa forma, a totalidade representa a expansão de si mesmo, das próprias ideias e convicções, tornando-as universais e não deixando espaço à diferença. A totalidade opõe-se ao infinito, porque este é a

representação daquilo que o sujeito (si mesmo) não consegue abarcar, não consegue subsumir (LEVINAS, 1971).

O olhar do outro constitui a experiência imediata da alteridade, onde o sujeito obtém as primeiras impressões do não-si-mesmo e pode perceber algo parecido a si e ao mesmo tempo diferente. O olhar do outro aponta para o mistério de uma existência, uma experiência distinta daquela do sujeito, da qual, esse sujeito não conseguirá se apropriar. Por isso, é uma realidade que o excede.

O outro pode ser bem representado pelas figuras da debilidade, como o órfão, o miserável e o estrangeiro. Figuras que são carentes de elementos fundamentais ao seu empoderamento: os pais, os recursos materiais e a pátria. E isso é assim representado porque é sempre o sujeito quem exerce o poder, ao dizer “o que é” o outro e ao nomeá-lo como órfão, miserável e estrangeiro. O outro é sempre débil, e é dessa debilidade que nasce a responsabilidade dos sujeitos, uma responsabilidade infinita, que pode ser expressa em duas opções radicais, destruir ou libertar, que estão disponíveis aos sujeitos.

A abertura ao outro é o caminho a ser seguido que tem o potencial de interromper o processo totalizador. A ética como filosofia primeira não é fundada sobre a racionalização, ela é precognitiva, é uma descrição da responsabilidade que é sentida antes mesmo da realização de escolhas ou julgamentos. A ética como filosofia primeira é revolucionária: “*True revolution is not a heroic action, it is a passive disposition, it is not the exercise of the free self, vis-a-vis the other, but rather the inescapable protention of an immemorial memory*” (ULATE; SOUZA, 2018).

Aos sujeitos que escolhem a não destruição da diferença, abre-se um novo horizonte, que é tipificado pela hospitalidade e pela carícia. Essas categorias denotam a convivência e o acolhimento à alteridade, quando o sujeito abre mão das formas de subsunção como são a compreensão racional e a exigência de que o outro se adapte. Por isso, a própria noção de revolução precisa ser “subvertida” para que seja ética: “*The true revolutionary community is a meeting of peace*” (ULATE; SOUZA, 2018, p. 84).

Daí a proposta de Ricardo Timm de Souza (2004; 2016), nessa mesma linha levinasiana, de estabelecer uma reflexão que coloca a ética como ponto de partida para qualquer outra elaboração humana, inclusive a ciência. Todo pensamento é fruto de relações, porque o próprio ser humano é relação, e é isso que o constitui e se manifesta na linguagem, e pensamento é linguagem.

A proposta de ética como fundamento procura partir da relação entre os seres na tarefa de construção crítica de uma proposta filosófica. No princípio, não está apenas a palavra e nem apenas o mistério, está a presença do outro que exige de mim o reconhecimento (o respeito) que se efetiva na relação dialética entre enunciação (linguagem) e contemplação (silêncio).

Essa enunciação (que também pode ser chamada de epifania) é tomada no sentido (benjaminiano) de ser a essência linguística das coisas, já que a língua comunica justamente a essência espiritual que lhe corresponde. Daí decorre a necessidade lógica de ela ser comunicável — comunicável da forma que uma pessoa se comunica com outra pessoa ou até mesmo com uma pedra, mas isso também é válido para a forma espiritual com que os seres humanos são capazes de estabelecer relações.

As relações acontecem no encontro das temporalidades, na contingência da existência real daqueles que se encontram e se colocam à disposição para o estabelecimento de relação comunicativa disposta à aventura da mútua compreensão. Não há uma esfera ética do humano, há, se quisermos, uma esfera humana, que é também, e ao mesmo tempo, uma esfera ética — o ser humano é ético por antonomásia.

A relação dialética do encontro ocorre na concretude da vida humana, na presença crua e incontornável de olhares e odores que interpelam os sujeitos e põem em xeque os conceitos abstratos e universalizantes que, eventualmente, eram referência e davam a sensação de segurança a seu modo habitual de vida. O outro é sempre mistério, e todo mistério fascina ao mesmo tempo que assusta. Os esforços em reduzir esse estranhamento a uma imagem ou ídolo apenas escamoteiam o “problema” ao afastarem a realidade mesma por um artifício (esquizofrênico).

## 2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O problema da relação instrumental com o mundo, que envolve toda ação humana na modernidade, seguindo o pensamento arendtiano, foi materializado nos campos de concentração, e Eichmann é seu representante emblemático (ARENDR, 2003). O desenraizamento e o estranhamento em relação ao ecossistema, o isolamento desse *habitat* comum e humano, estão na base de onde brota o totalitarismo. Na sociedade de massas, os indivíduos já não assumem responsabilidades em relação ao meio ambiente ou em relação aos outros seres humanos, e parecem inaptos para julgar e distinguir. Mais do que isso, as pessoas

tornam-se meio e passam a agir como meio, obedientes, supérfluas e bem-comportadas; abrem mão de serem fins em si mesmas, capazes de pensar, julgar e se comprometer.

Essa capitulação é bem o contrário da responsabilização sem limites que a ética como fundamento aponta. Os mecanismos de redução do outro ao si mesmo, dominação e conquista, são consequências do excesso de ser que acompanha a formação da civilização ocidental, por isso a objeção de Levinas (1998), parafraseando Shakespeare: ser ou não ser, talvez não seja essa a questão.

A responsabilidade como ponto de partida para a ação política e os fazeres científicos transforma-os em serviço cujo centro gravitacional é constituído pelos “órfãos” (os 80% dos trabalhadores pobres e miseráveis no Brasil, por exemplo). A irresponsabilidade de “deixar isso ao mercado” choca-se com a necessidade de se construir instituições adequadas que gerem ambientes saudáveis, onde a vida, sobretudo a dos indesejados e invisíveis, venha antes. Está claro que ocorre uma ruptura, que não é mais possível conciliação com essa dinâmica de amortecimento das sensibilidades, com o desengajamento e a recusa à ação.

No final de **A Era dos Extremos**, o historiador inglês Eric Hobsbawm expressa sua opinião de que a solução para os impasses entre economia, sociedade e meio ambiente deve vir da política. O fato é que a integridade da vida humana está ameaçada pela forma como organizamos as sociedades nos últimos séculos, e a mentalidade de mercado parece não perceber aí senão novas oportunidades. O problema da economia não é a falta de ética, ela está sempre presente, seja como projeto de controle e dominação da natureza, ou como indiferença travestida de neutralidade. A resposta à crise ecológica e à diminuição de postos de trabalho exige uma ação mais global que local, e radical, ao mesmo tempo que realista: as soluções de mercado não são nem uma, nem outra coisa.

Se concordamos com a necessidade de soluções políticas, precisamos recordar que soluções políticas são soluções éticas, e as soluções éticas (acompanhando Levinas) sempre são gestadas na intimidade. Já seu acontecer, como todo acontecer humanizante, é sempre já e ainda não.

### **3. ENSAIO DOIS: SUBDESENVOLVIMENTO COMO INSTITUIÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

Os países com maior sucesso, como a China ou Alemanha, têm sido aqueles que transformam suas estratégias e prioridades em políticas de estado. Estas não podem mudar de acordo com a orientação governamental do momento, se investimentos em ciência e tecnologia são prioritários, por exemplo, não é preciso a cada mudança de governo aprovar novamente todo o pacote de gastos. Entretanto, apesar da liderança governamental ser indispensável para gerar o movimento virtuoso em direção ao desenvolvimento, suas consequências são incertas. A ação do governo não pode ser vista como onisciente e onipotente, a economia e a sociedade são realidades complexas e o estado também precisa ter quadros capacitados para interpretar as mudanças e propor caminhos aos demais atores envolvidos.

Os estados nacionais competem entre si por recursos e poder, por isso a tarefa desenvolvimentista não é uma questão apenas de empenho e capacidades individuais (TAVARES; FIORI, 1998): a posição do país no tabuleiro internacional importa. O funcionamento do sistema atual institucionaliza o subdesenvolvimento e dessa constatação decorre nossa pergunta: através de quais mecanismos essa institucionalização se processa e alimenta? Neste ensaio a expressão “instituição” será tomada em seu sentido amplo, será entendida como qualquer empresa ou obra humana que tenha permanência, apesar de conhecermos o debate vivo acerca do tema e a chamada Escola Institucionalista de Economia (CONCEIÇÃO, 2002).

A economia política é a abordagem econômica que procura tratar das problemáticas relativas ao tema. A próxima seção organizará as contribuições de alguns trabalhos fundamentais para a compreensão do subdesenvolvimento brasileiro, a partir desses marcos será apresentada uma contribuição à análise do caso brasileiro em duas partes, respectivamente: subdesenvolvimento como instituição e como processo.

#### **3.2. ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: REVISITANDO TEORIAS**

A história brasileira é marcada por diversas tentativas de conformação a instituições estrangeiras ou, ao menos, pelo esforço em mimetizar seu funcionamento: no período colonial a metrópole era o ideal; após o período monárquico nasce um simulacro de República, com

qual o país se debate até hoje, no qual o nome “Estados Unidos do Brasil” (já revela um novo ideal para os grupos detentores do poder).

Na gênese da classe que se apega ao poder já está presente um projeto de manutenção de privilégios e captura da renda, em detrimento de sua socialização. Em um esforço de síntese histórica, Malerba (2021) narra essa gênese e deixa entrever um dos traços fundamentais da “armadilha” do baixo desenvolvimento brasileiro: há um projeto que o sustenta.

Nessa mesma direção, Francisco de Oliveira (2003) analisa a surpreendente capacidade do capitalismo brasileiro em recuperar formas sociais arcaicas para conviverem com a modernização socioeconômica que advém do avanço do capitalismo nacional. Assim como o ornitorrinco concilia em seu corpo formas esdrúxulas e aparentemente incompatíveis, a sociedade brasileira faz o mesmo com a manutenção de suas desigualdades. O avanço das forças produtivas traz consigo a promessa da superação de determinadas formas sociais, enquanto as classes dominantes permanecem incapazes de dar os passos necessários a essa transformação. Desse modo, a industrialização e a modernização das forças tecnoprodutivas não geram desenvolvimento, elas apenas repõem as condições de reprodução da desigualdade e da inserção periférica do Brasil na economia mundial.

O Brasil não é um produto do atraso, pelo contrário, é produto do avanço, o avanço combinado com o resgate e funcionalização do atraso: com capacidade empresarial para produzir jatos médios com tecnologia de ponta, ao mesmo tempo em que mais de 80% dos trabalhadores podem ser classificados como pobres ou miseráveis. O atraso é funcional em sua combinação com setores modernos que o utilizam e incorporam sobre novas formas, daí o desenvolvimento econômico e a passagem para o grupo de países líderes não ocorrer de forma linear e automática. Sob o ponto de vista dos países que já foram colônia, a conquista da independência não significa conquista de autonomia e desembaraço diante de pressões imperialistas, há grupos internos nesses países que se beneficiam da subordinação e atraso e, por isso, não apenas impedem o surgimento de qualquer laivo revolucionário como também realizam contrarrevoluções preventivas para garantir seu domínio.

Nesse ponto, a leitura já está associada à interpretação feita por Florestan Fernandes (1987) sobre os entraves estruturais que impedem o efetivo desenvolvimento do Brasil. A autocracia burguesa é um elemento incontornável dessa estrutura e essa força fática está associada à desarticulação política dos grupos de baixo da pirâmide social e ao esforço de mimetização que os grupos médios (inclusive os que ascenderam recentemente) fazem em

relação ao topo dominante (a burguesia autocrática). O silenciamento (ou indiferença) da população branca em relação ao racismo estrutural, sua indisposição para discutir abertamente esse problema e enfrentá-lo, é um reflexo e sintoma desses limites sociais ao avanço em direção a formas modernas e democráticas de convivência e organização da sociedade. As burguesias que tomam o poder evitam o confronto aberto e qualquer conflito que possa ameaçar seus interesses e controle sobre o estado, ao mesmo tempo em que se esforçam por acomodar e conciliar as diversas demandas de suas facções. Essa posição defensiva também revela sua incapacidade em propor qualquer alternativa ou liderar as forças do país em um projeto desenvolvimentista, restando a ela apenas ações acomodatórias (autocentradas) de curto prazo e sua inépcia para as exigências da vida democrática.

Na expressão de Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), o condomínio do andar de cima está “fechado” quando se trata de conter as investidas dos habitantes do andar de baixo. A manutenção da grande massa de pobres e miseráveis é a galinha dos ovos de ouro do sistema construído no Brasil e por isso a desigualdade estrutural é uma constante nas diversas regiões do país. A articulação entre dependência externa com segregação interna aprofunda a barbárie que se torna o novo normal para a sociedade, um processo chamado de reversão neocolonial. Por esse motivo, qualquer mudança estrutural no país deve enfrentar essa articulação entre os dois polos: externo e interno.

As especificidades históricas e as formas como cada país se insere no circuito internacional da produção são também um tema importante na obra de outro analista brasileiro, Celso Furtado (1978, 1983, 1996, 2008). As políticas e estratégias de desenvolvimento precisam nascer das especificidades de cada país ou região com autonomia para tanto e a construção disso implica em assumir uma posição que, no mínimo, questiona o *status quo* vigente nas relações econômicas internacionais. Cabe destacar que a capacitação para a elaboração e implementação de tecnologias próprias e competitivas compõe um dos aspectos fundamentais apontados como requisitos à trajetória nacional desenvolvimentista no pensamento furtadiano (BIANCONI; COUTINHO, 2019).

Modernização estrutural sem mudanças sociais emancipadoras (geradoras de criatividade) é apenas progresso, ou industrialização com subdesenvolvimento, mas certamente não é desenvolvimento. A importação de tecnologias e costumes, fenômeno observado nas economias subdesenvolvidas durante a segunda metade do século XX, gera mais dependência e não cria as condições necessárias para que os países desbravem suas próprias trajetórias de

maneira virtuosa.

A dependência externa associada à segregação social são constantes presentes na história brasileira desde a sua formação e a superação delas, em sua forma atual, é uma exigência incontornável na elaboração de projetos e propostas de política econômica.

Nesse sentido, outro teórico, Ignácio Rangel, explora a especificidade brasileira em sua Teoria da Dualidade (TD), a Dualidade é o modo de produção característico do Brasil, especificamente brasileiro, caracterizado pela inserção dessa economia no cenário mundial (o chamado lado externo). O movimento que dinamiza esse modelo é a oposição entre forças produtivas e relações de produção, tudo sob a influência dos ciclos de Kondratiev e Juglar que descrevem os movimentos da economia mundial. É uma Teoria do evoluir histórico brasileiro, mas sem a revolução que marca o pensamento marxista - uma importante influência em sua obra.

Há no Brasil contemporaneidades não coetâneas, não é apenas a convivência entre um setor moderno e outro arcaico (dualismo), há modos de produção diferentes que convivem geograficamente (JABBOUR, 2010). A dualidade é o modo de produção brasileiro, uma formação social complexa onde é possível encontrar traços feudais e traços modernos, o país é atrasado e dinâmico ao mesmo tempo. A relação entre atraso e dinamismo é o elemento fundamental para a compreensão da formação social brasileira. As transições brasileiras são sempre conduzidas por maiorias heterogêneas, há uma fraqueza ideológica refletida em um nacionalismo "evanescente" e na fraca convicção na defesa de ideias.

As contradições fundamentais do capitalismo (capital x trabalho) são substituídas, na obra de Rangel (2012), por disputas entre as frações de classe que compõem o bloco no poder. A reforma agrária que deve ser feita é aquela que possibilita a produção de alimento para toda população, esse é o ponto principal, seu objetivo principal não é fazer política de distribuição de propriedade (ou renda). Nesse ponto ele divergia da interpretação cepalina sobre a existência de rigidez de oferta no setor agrícola, para Rangel havia carência de demanda pela enorme pobreza e miséria presentes no país.

Sua aproximação ao paradigma cepalino se dá através do entendimento sobre a dualidade: ela marca a especificidade das economias periféricas no sistema capitalista, representando a coexistência de modos de produção diferentes em um mesmo espaço nacional. Seguindo a argumentação de Rangel, nós não temos no Brasil o modo capitalista industrial de produção apenas, ele coexiste com outras formas mais atrasadas internamente e interage na

esfera internacional com o capitalismo financeiro. De acordo com Rangel, o modo de produção brasileiro se desenvolve obedecendo às leis da dualidade: desde o século XIX até a atualidade há uma série de dualidades que se sucedem ininterruptamente, passando sempre a modos superiores de organização.

Na TD política e economia estão articuladas, cada movimento da dualidade é um rearranjo dos blocos políticos econômicos que disputam o poder. A quarta dualidade prevista por Rangel não se realizou, pois todas as condições que estavam dadas no final da década de 1980 foram erodidas (na esfera política e na esfera de acumulação): o sistema financeira é aberto e internacionalizado, pouca capacidade de regulação sobre a moeda (só é possível regulá-la se mexer no sistema de câmbio) e a indústria encolheu.

### 3.3. SUBDESENVOLVIMENTO COMO INSTITUIÇÃO

A constatação da ausência histórica de uma elite nacionalista brasileira, pessoas capazes e interessadas na condução do país ao patamar de desenvolvido, não é uma novidade. Em outras regiões do globo, atualmente, também se fala do desaparecimento de elites, entretanto, ao passo em que as sociedades fazem opção por regimes democráticos há outras possibilidades e desafios que não apenas a constatação ou não de sua existência (BRESSER-PEREIRA, 2020; GUILLUY, 2019; SOUZA, 2019).

No Brasil, o século XX é marcado por regimes autoritários com intervalos democráticos, o impulso criativo (transformador) da sociedade é constantemente capturado por lideranças carismáticas que o transfiguram e acomodam: a solução autocrática está sempre à espreita; ela não faz oposição à democracia brasileira, ela é sua sombra, que volta e meia emerge, com maior ou menor virulência (ALENCASTRO, 2010; BASTOS, 2020; BOTELHO, BRASIL, HOELZ, 2018; SILVA, 2018). Em Florestan Fernandes (1987), aprendemos que a Revolução Burguesa em abstrato é uma etapa transitória, uma passagem, mediante a qual os países se tornam capitalistas. Ela envolve mudanças estruturais na sociedade, abarcando as dimensões econômica, política, cultural e psicológica. Pode-se pensar em dois modelos de Revolução: uma para os países europeus (modelo clássico) e outro para os países dependentes no sistema mundial (modelo periférico).

A Revolução Burguesa no Brasil tem início na década de 1880, período marcado pela Abolição da Escravidão e pela Proclamação da República, ali tem início a modernidade brasileira. O sistema econômico é a primeira dimensão que se altera, gerando necessidades que

já não poderiam ser atendidas pelo sistema produtivo anterior. A dimensão política da Revolução não foi implementada juntamente com a econômica, pois não interessava aos grupos hegemônicos; gera-se uma sociedade autocrática, que se nega a universalizar a igualdade. Os grupos com potencial contestatório, por seu turno, não estavam organizados de forma a exercerem pressão por seus interesses: as desigualdades regionais do Brasil impediam a adoção de um modelo de produção homogêneo e, como consequência disso, não havia uma demanda unificada de mudança estrutural na sociedade.

A burguesia brasileira preferiu a composição e a mudança gradual à contestação e confronto, realizando alterações no setor produtivo e na organização econômica sem modificações substanciais na estrutura social. Mesmo a oligarquia tradicional, ao não ser destituída, torna-se um dos componentes em novos arranjos de poder e acaba por influenciar a burguesia revolucionária com sua postura refratária aos processos democratizantes das instituições.

Outro aspecto importante da Revolução Burguesa no Brasil é que ela não alterou a condição de dependência do país em relação aos centros europeus, não obstante a alteração em sua forma. A dependência agora condiciona a modernização produtiva do país aos interesses e ritmos de acumulação dos países centrais. Uma fração dessa burguesia procura desenvolver projetos de cunho nacionalistas, mas outra fração se alia ao capital estrangeiro e passa a representar aqui esses interesses.

No século XX, o apoio da maioria, com a instrumentalização da afirmação de sua soberania, conduziu ao totalitarismo (fim da política, segundo Hannah Arendt). As instituições, sob o totalitarismo, deixam de serem entendidas como edificações ou questões de Estado e passam a serem encaradas como empecilho aos projetos do governo (escolhidos pelo povo através do exercício daquela soberania). Como aprendemos de Arendt, uma importante característica da transformação do domínio público em âmbito do social na era moderna é que o governo de ninguém, impessoal e baseado em regras e princípios, dispensa a participação engajada de cidadãos. Esse governo performa até melhor quando as pessoas se absterem da crítica, quando se ocupam apenas em operar bem aquilo que a sociedade espera que seja feito para o bom funcionamento das engrenagens sociais. Não ser um desviante, a menos que o desvio seja em direção à excelência laboral, é um princípio caro à esfera do social (que se pretende apolítica).

Na antiga cidade-Estado, obra e trabalho eram atividades que pertenciam ao espaço

privado, enquanto a ação era a atividade característica da vida pública. A regularidade e estreiteza da vida doméstica, em seu culto à tradição, se opunha à dinâmica e alargamento da vida pública, que era o espaço de exercício da criatividade e de gestação das mudanças institucionais no período. Essas três noções (trabalho, obra e ação) ficam em evidência no decorrer de todo o livro de Arendt (2008), pois é a discussão das mesmas o que articula sua investigação genealógica<sup>7</sup>.

A pretensão de recuperar a noção de “vita activa” é um ponto central em sua estratégia argumentativa, pois enseja sua investigação sobre a formação e transformações da própria condição humana, das condições sob as quais acontece a vida humana na Terra. Essa investigação é um afluente do estudo sobre os condicionantes humanos em seu estágio moderno, caracterizado pela alienação, e é a chave interpretativa a partir do qual Arendt compreende a sociedade da era moderna. Nesse sentido, a recuperação da noção de ação seria um importante passo para a qualificação da condição humana na era moderna, pois ampliaria a liberdade que tem sido praticada dentro do espaço social (devotado ao trabalho).

Essa ampliação pode ser entendida como libertação dessas condicionantes que caracterizam a era moderna. Resgatar a liberdade humana no espaço público significaria uma importante mudança nesse universo, mas não é algo simples de ser concretizado. Em **Sobre a revolução** aprendemos uma lição importante sobre esse tipo de mudança: liberdade é agir em público, onde a responsabilização é sempre uma possibilidade, e quando está conectada à libertação e ao sentimento de criar algo novo, mesmo lançando mão coletivamente da violência, há o início de uma revolução.

Nesse ponto há uma convergência entre o pensamento de Arendt e Levinas que precisa ser explicitada: o ser humano responsável (pelo Outro) tensiona as estruturas sociais, independentemente de qual ela seja. Em termos sociais, está-se a falar em revolução (nova sociabilidade), não apenas em desenvolvimento (diferente *status*).

Essa posição poderia ser lida como uma via de superação da própria noção de desenvolvimento, pois sua realização se confunde com a superação do capitalismo, indo ao

---

<sup>7</sup> No sentido nietzschiano de genealogia, apesar do distanciamento entre ambos nas consequências políticas de suas investigações. O interesse de Arendt está para além de questões filológicas solipsistas; como teórica política engajada ela quer contribuir com a natalidade de condições humanas melhores e, para isso, investiga os diversos “solos” onde os conceitos de trabalho, obra e ação foram cultivados.

encontro da tese defendida por Alysson Mascaro (2021), segundo a qual, a garantia da propriedade privada, dos contratos e do julgamento são instituições que acompanham a mundialização do capital e sobre as quais os países são pressionados a responderem internacionalmente. Onde há mercadoria, há sua apropriação que é feita de forma privada e garantida pelo direito e pelo Estado.

Em **The Age of Surveillance Capitalism**, Shoshana Zuboff, cunha o conceito de “instrumentarismo” para designar a instrumentalização e instrumentação do comportamento humano para fins de controle, monetização, modificação e previsão. Esse conceito foi criado para ajudar a entender aquilo que é designado como Capitalismo de Vigilância, uma nova forma de poder, cuja novidade e extensão o tornam tão ameaçador quanto o totalitarismo em sua época. Uma característica que distingue o Capitalismo de Vigilância do totalitarismo é que o primeiro não precisa da conformidade das pessoas, basta que elas utilizem as redes: por isso ele é uma nova forma de *auctoritas* (há um sentimento de pertencimento) e não apenas de poder (imposição).

Isso mostra o quanto a sociedade de vigilância afasta-se de se tornar uma comunidade política, preocupada em preservar as relações e qualificá-las ainda mais, para que se propaguem e perdurem. Ao invés de pequenas comunidades, o que há é a pulverização de tribos que não dialogam entre si, nem se unem para formar a *pólis* – pois o político está desqualificado. Nesse contexto, há uma tendência de endurecimento das normas e de judicialização da vida cotidiana, pois a amizade não consegue se desenvolver entre pessoas que não estão dispostas a dialogar com o diferente, quando muito, existe a disposição para a tolerância.

A figura do legislador, enquanto detentor da virtude em grau máximo, passa para o rol das impossibilidades. Se desaparecem os cidadãos praticantes de virtudes médias, virtudes que são relevantes para a sociedade, que dirá os praticantes de virtudes em grau de excelência. É preciso lembrar que a vida virtuosa não é uma vida de facilidades para o praticante da virtude, quanto mais em um ambiente que não valoriza - não mais reconhece - esse tipo de vida (a vida virtuosa).

O Capitalismo de Vigilância não para por aí, pois seu objetivo maior é a abolição de todos os entraves a seu evoluir. As empresas que lideram esse processo fazem forte *lobby* em todos os lugares a fim de desproteger e terem acesso a informações dos usuários (antes conhecidos como cidadãos) a custo zero. As leis, ao invés de pavimentarem o caminho para as sociedades chegarem àquilo que é bom, são utilizadas para garantir abrigo a formas deletérias

de expressão como, por exemplo, as constituições democráticas que são forçadas a abrigarem formas antidemocráticas.

### **3.3.1. O Direito Econômico do subdesenvolvimento**

As relações de poder são positivadas a partir de normas jurídicas concretas que estabelecem as relações nos estados nacionais. O Direito é expressão legal (viva) das relações de poder, da política portanto. Toda política econômica dos estados ganha uma forma jurídica e se institucionaliza em normas e regras, desse modo, estamos de acordo com o que afirmam Octaviani e Bercovici (2014, p. 70): “o direito econômico, inclusive, não se limita a institucionalizar as relações econômicas, mas também busca transformá-las”.

As Constituições modernas (século XX, desde a Constituição de Weimar) possuem arcabouços normativos que organizam e prescrevem parâmetros de condutas aos agentes econômicos que estão sob sua jurisdição (por exemplo, os artigos 170 a 192 da Constituição Federal de 1988). Na esteira de Washington de Souza (1976) podemos afirmar que a ideologia constitucionalmente adotada no Brasil consagra uma lógica econômica plural, na qual o liberalismo dependente está ausente enquanto possibilidade. Por isso Clark, Corrêa e Nascimento (2020) preferem tratar de bloqueios institucionais, quando se referem às medidas que obliteram dita ideologia e obstam a transformação da estrutura (em direção à uma ordem justa) social: 1) supressão do texto constitucional (emendas); 2) omissão regulatória; 3) implementação da economia política da austeridade.

No mesmo sentido, o trabalho de Castro (2018) aponta para elementos caracterizados como “genéticos” do campo jurídico brasileiro: o pensamento liberal conservador, a prática autoritária e a reprodução aristocrática. A consolidação de uma esfera jurídica autônoma e o compartilhamento de espaços de socialização e de visões de mundo entre seus membros e membros dos grupos dominantes (política, econômica e cultural) reforça uma espécie de aliança informal que acaba obstando a realização de uma justiça social dignificante.

O projeto nacional dignificante legado pela Constituição de 1988 foi paulatinamente obliterado e desidratado, em um processo de complementaridade perfeita em relação à inserção ancilar e subdesenvolvida do país no cenário internacional. A modernização da estrutura produtiva, com industrialização, é uma das faces da inserção autônoma na corrida entre as nações, sobretudo após a consolidação da (assim chamada) indústria 4.0.

### 3.4. SUBDESENVOLVIMENTO COMO PROCESSO

Riqueza é a capacidade de se estabelecer estratégias adaptativas diante da complexidade do ambiente, pode ser entendida como a *fit order* de que trata Beinhocker (2007), a ordem “apta, ajustada, e adaptada”. Desse modo, a produção de riquezas está diretamente relacionada à criatividade humana, o atributo que torna possível a resolução de problemas, tais como o subdesenvolvimento.

A noção de complexidade importa porque evidencia que o subdesenvolvimento não diz respeito apenas às bases produtivas da sociedade, ele inclui todas as dimensões das relações sociais que só podem ser separadas em exercícios mentais, nunca de fato. As estruturas que são subdesenvolvidas e a superação dessa realidade, sobretudo em ambiente não favorável, envolve a ineludível necessidade de se criar estratégias para a transformação (modernização) estrutural. As necessidades da sociedade, como saúde, educação e mobilidade podem servir de pistas para estratégias de diversificação produtiva (políticas orientadas por “missões”), não necessariamente as tecnologias de “fronteira” fornecem tais pistas (DWECK, ROSSI, 2019; GADELHA, 2016).

O potencial de desenvolvimento hoje parece estar ligado à maior ou menor possibilidade de integração, como gerador de conhecimento, nas cadeias produtivas. Pode-se falar, seguindo Georges Benko (2001), em deslizamentos de escala que geram maior interação entre as regiões, ao mesmo tempo em que reforçam as características e traços locais das comunidades. O movimento “para cima” não pode prescindir do “deslizamento para baixo” que valoriza e conserva as unidades regionais. Todo esse evoluir deve ser conduzido por um pensamento estratégico como defendia Hirschman (1961).

Não há uma trajetória comum a ser trilhada por todos os países, cada um deve encontrar sua própria trajetória para a melhora nas condições de vida da população. Há uma complexidade de fatores envolvendo atores e interesses, de dentro e de fora do mercado, que não é possível a elaboração de uma receita (teoria única) convincente.

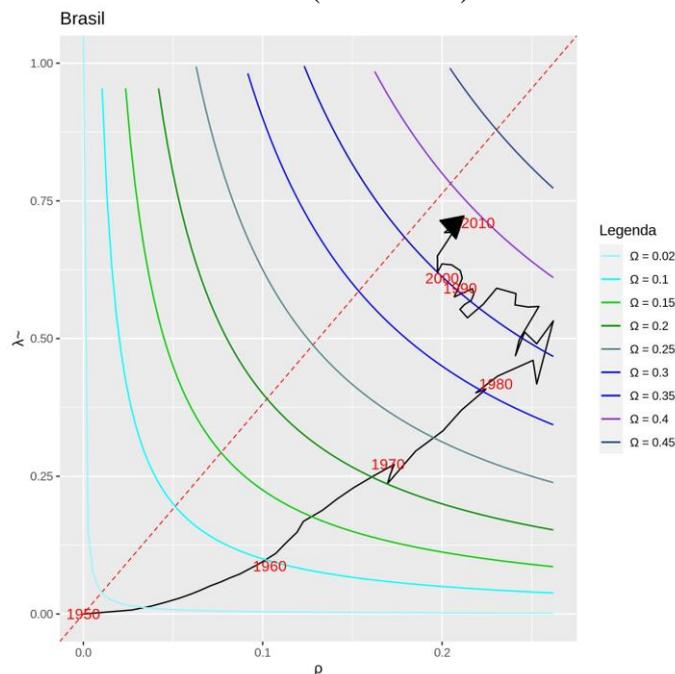
Também não se trata de discutir ou opor o público ao privado, se trata de reconhecer sua complementaridade e se perguntar sobre a base social de sustentação de uma política (de desenvolvimento) que deve ser implementada diante de interesses conflitantes. O governo articula, financia e, junto com o sistema privado, constrói os sistemas de inovação, seu poder de coordenação possibilita conciliar a busca pelo bem-estar social e a qualificação da estrutura produtiva.

Os investimentos poderiam ser feitos em diversos setores e não se deveria esperar que o ritmo de desenvolvimento seja o mesmo para todos eles. Esses ritmos tendem a ser diferentes, seguindo trajetórias desequilibradas. A melhor estratégia seria investir em setores estratégicos que possuam complementaridade (*linkage*) com outros setores. O desenvolvimento mais forte dos setores estratégicos geraria desequilíbrio, mas ao mesmo tempo geraria aumento da demanda por outros setores que também seriam estimulados. O crescimento se daria de forma desequilibrada, mas significaria um conjunto de estímulos à economia.

Como aprendemos de Polanyi (2001), historicamente a verdadeira oposição não está entre mercado e Estado, a verdadeira oposição está entre sociedade e mercado. Deixado "livre", este último sujeita a primeira a todas as crises e incertezas que caracterizam o sistema econômico desde o século XVIII; o Estado é o único instrumento que as sociedades possuem para equalizar as forças e dirigi-las em seu próprio benefício - os estados que abdicam desse instrumento são dirigidos por aqueles estados que não abdicam.

A perda de rumo, ocorrida em meados dos anos 1980, que a modernização da estrutura produtiva apresenta é sintoma de seu subdesenvolvimento:

Gráfico 1 - Trajetória Estrutural  
Brasil (1950-2010)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo. A legenda refere-se às isoquantas do Índice de Modernização Estrutural Relativa. Discussão metodológica e detalhamento das variáveis do Índice será feita no Ensaio 3 e no Apêndice A.

Fonte: GGDC 10-Sector Database, Productivity Level Database e Penn World Table 9.0,

elaboração do autor.

No Gráfico 1, o eixo vertical ( $\lambda$ ) representa o tamanho do setor moderno brasileiro e o eixo horizontal ( $\rho$ ) é uma medida da distância tecnológica em relação ao país líder (Estados Unidos). É fácil visualizar no Gráfico a trajetória consistente até a década de 1980, em termos de ampliação do setor moderno e de redução da distância tecnológica em relação ao país líder, após esse período essa última dimensão é a que mais sofre (*fall behind*).

Uma lição importante do caso Chinês, o de maior sucesso recente de desenvolvimento (em termos de *catching-up*) de um país do terceiro mundo que temos notícia, é que as instituições acompanham a iniciativa do estado. Este último, imbuído de capacidade estratégica, é o verdadeiro dínamo e condutor das mudanças culturais e institucionais, aproveitando as janelas de oportunidade que se abrem e são abertas (por ele próprio) em seu ambiente: as relações conflituosas, hierárquicas e desiguais entre nações.

O que significa dirigir as forças econômicas em seu benefício? Significa produção de utilidades, como propõem Ignácio Rangel em sua Economia do Projetamento (JABBOUR; PAULA, 2018). Nessa esteira é incontornável o enfrentamento do problema do desemprego e seu encaminhamento, nesse contexto incerto e adverso, para formas de produtividade sempre mais elevadas.

A rápida difusão do conhecimento e de novas tecnologias incorporadas não vem acompanhada de igual acesso aos bens e serviços. Os países que detém o domínio das tecnologias utilizam-se dos organismos internacionais e da pressão política para que seus interesses sejam atendidos. As alianças e parcerias ocorrem tendo em vista a busca por maiores vantagens econômicas. A centralização das atividades econômicas e culturais só pode ser enfrentada pela intervenção governamental com projetos de descentralização e democratização. A centralização é um processo que ocorre em escala global, mas também em escala local.

### 3.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O subdesenvolvimento é um componente estruturante da maioria das economias nacionais contemporâneas, mas sempre assumindo os contornos característicos de cada uma das formações sociais. Na organização socio-histórica brasileira a clivagem entre as classes custa o desengajamento de boa parcela da população empobrecida em políticas e iniciativas cujos resultados impactam diretamente em seu nível de bem-estar.

Aos grupos que se beneficiam do subdesenvolvimento no Brasil, o risco de fomentar dito engajamento é muito grande: depois que o processo de democratização ganha impulso e a população aprende a se organizar, fica difícil contê-lo. O tecido social em suas múltiplas tramas (política, econômica, tecnológica, cultural etc.) é afetado pelas disputas e escolhas que são feitas entre os grupos que dividem o poder.

## **4 ENSAIO TRÊS: PRODUTIVIDADE, MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL E CRESCIMENTO EM DIFERENTES NÍVEIS REGIONAIS BRASILEIROS (1985-2017)**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

A aplicação de descobertas científicas em técnicas e processos produtivos é uma tarefa fundamental, que envolve todos os agentes nas sociedades contemporâneas. Com a crescente compreensão acerca da complexidade da vida econômica, os avanços tecnoprodutivos são encarados, cada vez mais, como fenômenos incontornáveis para o entendimento dos diferentes níveis de desenvolvimento, quanto maior a capacidade de desenvolver e integrar socialmente os avanços tecnocientíficos nas regiões menos desenvolvidas, tanto maior seu ritmo de aproximação em relação aos líderes.

Nessa perspectiva, o Índice de Modernização Estrutural Relativa (IMER) foi construído como uma ferramenta para a mensuração e comparação das trajetórias de desenvolvimento regional. Este ensaio faz uma adaptação deste índice para o estudo de diferentes regiões brasileiras e analisa os caminhos trilhados por estados, regiões metropolitanas e municípios. O IMER vincula a ideia de avanço tecnoprodutivo ao conceito de modernização estrutural e aceita a tese da centralidade da indústria nesse processo, ele trabalha com duas dimensões: uma estrutural, medida pela participação da força de trabalho no setor moderno e outra, tecnológica, medida pela produtividade da força de trabalho empregada nesse setor.

Lavopa e Szirmai (2018) construíram o Índice e o utilizaram para analisar a trajetória de diversos países, bem como sua situação em relação às chamadas armadilhas de renda baixa e média. Esses autores reconhecem a influência do pensamento clássico em seu arcabouço teórico, sobretudo o trabalho do economista Arthur Lewis (2010) sobre economia dual, segundo o qual, um setor moderno (com alta produtividade, baixa elasticidade de oferta de trabalho e salários elevados) coexiste com um setor atrasado (com baixa produtividade, alta elasticidade de oferta de trabalho e salários a nível de subsistência).

Para este ensaio elaboramos um banco de dados com informações secundárias desagregadas por estados, regiões metropolitanas e municípios, passível de ser aperfeiçoado posteriormente com a realização de novas pesquisas (de coleta de dados primários) e o refinamento daquelas já disponíveis, tendo sempre em vista ser uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento das diferentes regiões do país. Outra contribuição é a adequação do IMER para o nível intra-regional do Brasil e a análise de seus resultados, que se beneficiará do diálogo com estudos anteriores, feitos para o nível nacional e com outros métodos.

Esse esforço se justifica porque as informações que daí decorrem podem permitir uma comparação entre os desempenhos dessas unidades geográficas em relação à sua produtividade e modernização estrutural, além de traçar um histórico capaz de indicar a trajetória que vem sendo seguida por cada uma dessas unidades individualmente. Além desta introdução, a seção 4.2 situará as principais referências deste ensaio no debate sobre a importância das mudanças nas estruturas tecnoprodutivas. A seguir, a seção 4.3 detalhará a construção do IMER e a seção 4.4 realizará a análise dos resultados, que concentra a atenção sobre estados e regiões metropolitanas, já que apenas alguns municípios foram selecionados, pois são mais de cinco mil os existentes hoje no país. Ao final, a seção 4.5 apresenta algumas considerações finais.

#### 4.2 DIMENSÃO TECNOPRODUTIVA

Desde a Revolução Industrial no século XVIII a importância do progresso tecnológico como motor do crescimento econômico tem sido enfatizada por economistas e tomadores de decisão (ASHWORTH, 1975; CHANG, 2002; HOBBSAWM, 2010; LIST, 1989). Se há algum consenso acerca de sua importância histórica, há diversos outros pontos sobre os quais as divergências permanecem: papel do estado, proteção à indústria nascente, importância do capital humano, especialização e diversificação produtiva etc.

O trabalho de Barros (2011), por exemplo, sustenta que o elemento fundamental para geração e sustentação de qualquer crescimento se concentra na formação de capital humano e por isso defende uma estratégia nacional e local de investimentos em educação. Um investimento de longo prazo, cujos frutos seriam observados apenas num horizonte de 50 anos ou mais.

Alguns trabalhos clássicos como os de Friedrich List (1989, originalmente publicado em 1841), Celso Furtado (2008) e Albert Hirschman (1958), por outro lado, destacam a importância do domínio de tecnologias produtivas avançadas para que as economias atrasadas avancem e permitam melhores condições de vida às suas populações. Abramovitz (1986) também destaca a possibilidade de as economias avançarem (*catching up*) ou regredirem (*falling behind*) graças à sua posição relativa no domínio de tecnologias mais avançadas. Igualmente a tradição teórica neoschumpeteriana, que trabalha na perspectiva da centralidade do *catching up* como processo através do qual ocorre o alcance tecnológico pelos países que até então estavam em posição secundária no domínio das tecnologias.

Nesse mesmo sentido, Cavalcanti Filho (2017) argumenta que a necessidade de

endogeneizar o progresso tecnológico é incontornável para superar a lacuna, em termos de desenvolvimento, que existe entre as regiões brasileiras. Daí ele defender uma estratégia nacional de desenvolvimento regional para o Brasil.

O conhecimento desenvolvido e utilizado na produção é também incorporado nas mercadorias e serviços que serão entregues. Por esse motivo a produtividade dos trabalhadores nos setores modernos é uma boa *proxy* para o nível tecnológico das regiões.

A produtividade do trabalho pode ser medida, em consonância com a literatura sobre o tema, através da razão entre vendas, PIB ou valor adicionado e o número de trabalhadores. Nos modelos que trabalham em uma perspectiva clássica a utilização da razão PIB sobre o número de trabalhadores já está bastante consolidada (ver, por exemplo: FOLEY, MICHL, 1999; MARQUETTI, PORSSE, 2014). Em outras perspectivas teóricas é comum utilizar vendas ou valor adicionado dividido pelo número de trabalhadores, além do PIB pelo número de horas trabalhadas (ÜNGÖR, 2017; KOUAMÉ, TABSOBA, 2019). Neste ensaio a produtividade será medida pelo valor adicionado dos setores modernos dividido pelo número de trabalhadores empregados nesses setores.

Uma medida que forneceria outras informações para a análise seria a Produtividade Total dos Fatores (PTF), que permite identificar separadamente o nível de capital empregado na produção, mas não é possível calculá-la com os dados disponíveis para todos os recortes geográficos aqui utilizados. Além disso, dois produtores com a mesma tecnologia podem utilizar seu capital em intensidades diferentes ou ainda encontrar preços diferentes para os mesmos insumos, por isso a PTF é algumas vezes também chamada produtividade de multifatores (Syverson, 2011). Na literatura econômica nacional não é incomum os pesquisadores utilizarem diversas medidas simultaneamente, a fim de perceberem os diversos determinantes que explicam as variações de produtividade e mudança estrutural (BONELLI, 2014; SQUEFF; DE NEGRI, 2013; TOREZANI, 2018).

O contexto estrutural, bem como o contexto histórico no qual as estratégias de desenvolvimento são formuladas devem ser considerados pelos analistas. A mudança de uma produção intensiva em trabalho e recursos naturais, para outra intensiva em conhecimento e recursos tecnológicos, requer um conjunto de instrumentos a serem buscados e desenvolvidos pelas regiões que buscam realizar essa mudança.

O domínio da tecnologia e das melhores técnicas faz parte desse conjunto, da mesma forma que as instituições ou capacitações sociais (*social capability*), para usar a expressão

empregada por Abramovitz (1986). Continua válida, no entanto, a observação de que cada região deve encontrar as combinações de fatores aptos a fazerem sua economia avançar, já que não há uma trajetória única para o desenvolvimento em perspectiva histórica.

Por isso o processo de assimilar o conhecimento desenvolvido pelas economias mais avançadas (*learning before doing*) está presente nas trajetórias de *catching up* das regiões de industrialização tardia. Os casos recentes da Coreia do Sul e China, mostram a importância das estratégias montadas para assimilar o estado da arte em termos científicos e tecnológico, antes de se tornar um polo de geração de conhecimento (AMSDEN, 2001).

Nesse sentido, o Índice apresentado a seguir serve de apoio aos formuladores de políticas e estratégias de desenvolvimento, pois aponta para a necessidade de se dar prioridade a investimentos voltados à elevação da produtividade ou voltados à transformação da estrutura produtiva. A combinação desses aspectos determinará o ritmo e a trajetória de cada unidade geográfica em seu processo de alcance.

#### 4.3 A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO ESTRUTURAL RELATIVA

O índice de modernização estrutural relativa é construído, adaptado de Lavopa e Szirmai (2018), da seguinte forma:

Primeiro calculamos o  $\lambda$ , que é uma medida de modernização estrutural:

$$\lambda_t^i = \frac{N_{M,t}^i}{L_{T,t}^i} \quad (\text{A})$$

Onde NM é o número de pessoas empregadas no setor moderno (conforme detalhado na Tabela 1), LT é o total da força de trabalho, o subscrito t representa o tempo e o sobrescrito i representa o município.

Em seguida, calculamos o  $\rho$ , que é uma medida de produtividade relativa (comparada) do trabalho.

$$\rho_t^i = \frac{P_{M,t}^i}{P_{M,t}^f} \quad (\text{B})$$

Onde PM representa a produtividade do trabalho nas atividades modernas e é calculado conforme a equação (C) e o sobrescrito  $f$  identifica a unidade geográfica que possui o maior nível de modernização.

$$P_{M,t}^i = \frac{Y_{M,t}^i}{N_{M,t}^i} \quad (\text{C})$$

Onde YM é o valor adicionado das atividades dos setores modernos.

A unidade geográfica líder é definida como:

$$P_{M,t}^f = \max(P_{M,t}^i) \quad (\text{D})$$

A participação do trabalho nos setores modernos ainda deve ser normalizada da seguinte forma:

$$\lambda_t^i = \frac{\lambda_t^i - \lambda_{min}}{\lambda_{max} - \lambda_{min}} \quad (\text{E})$$

Onde  $\lambda_{max}$  e  $\lambda_{min}$  são os valores máximos e mínimos de  $\lambda$  observados entre todas as unidades geográficas no período estudado.

Finalmente, o Índice de Modernização Estrutural Relativa fica assim representado:

$$\Omega_t^i = (\lambda_t^i)^\alpha * (\rho_t^i)^{1-\alpha} \quad (\text{F})$$

Onde  $\alpha$  representa a elasticidade do índice de mudança estrutural para mudanças na participação da força de trabalho nos setores modernos (normalizada) e  $1-\alpha$  a elasticidade das mudanças na produtividade relativa das atividades modernas. Para a análise dos dados foram feitos teste para a definição de  $\alpha$ , considerando seu impacto sobre a correlação entre o Índice, PIB per capita real e indicadores de desenvolvimento (ver o Apêndice C). Assim, será utilizado  $\alpha=0.6$  para a análise de municípios,  $\alpha=0.2$  para a análise de estados e  $\alpha=0.5$  para a análise de regiões metropolitanas.

O IMER terá valores entre 0 e 1, sendo que 1 representaria uma economia que seria a fronteira tecnológica e, além disso, teria sua força de trabalho majoritariamente empregada no setor moderno (em comparação às outras economias). Isso não necessariamente ocorre na prática, por isso os valores observados de  $\Omega$  provavelmente estarão localizados abaixo de 1. Um valor próximo a 0, por outro lado, indicará que a economia da região opera com tecnologias de produção obsoletas, que apenas parte de sua força de trabalho está empregada nos setores modernos ou ambas as coisas.

A estrutura do índice é o de uma equação do tipo Cobb-Douglas, o que resulta em curvas de nível convexas em relação à origem. Isso indica que um balanceamento entre  $\lambda$  e  $\rho$  é sempre preferível e penalizará situações em que uma das dimensões se sobressai. Devido à convexidade é também possível à região identificar qual trajetória deve ser tomada para que obtenha o melhor resultado em termos de política industrial: se o peso de  $\lambda$  é maior, por exemplo, então a trajetória mais adequada é em direção a  $\rho$  e vice-versa.

É importante destacar ainda que essas duas dimensões se reforçam mutuamente e não estão negativamente relacionadas, nem podem ser mutuamente substitutas. A ideia de uma

política industrial, que acompanha a elaboração do IMER, requer uma perspectiva de longo prazo, que abranja todo o período coberto pelos dados, pois o planejamento de política econômica envolve atores e recursos mobilizáveis que só podem se ajustar com o tempo. Nesse sentido, tomamos como referência de trajetória ideal (de crescimento mais rápido) “de longo prazo” do IMER a partir da origem, com um  $\alpha$  de 0.5, que representa  $\lambda$  e  $\rho$  evoluindo pari passu, como ocorre em economias nacionais com trajetórias de sucesso (LAVOPA; SZIRMAI, 2018). Não obstante isto, em uma análise ano a ano (ponto a ponto, de curto prazo), a direção de crescimento mais rápido é traçada quando o IMER é perpendicular às curvas de nível, em direção ao gradiente da função.

#### 4.4 OS DADOS

As informações sobre os setores nos quais os trabalhadores exercem suas atividades (nos estados e municípios) estão disponíveis no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os demais dados (valor adicionado, população, deflator do PIB e PIB) são disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A série disponível de valor adicionado para os municípios inicia em 2002, para os estados em 1985 e para ambas o ano final da série é 2017; no caso da Regiões Metropolitanas a série abrange os anos de 2003 a 2015. Foram selecionados aqueles setores que representam as atividades econômicas que empregam tecnologias modernas (Tabela 1). As informações sobre PIB e PIB per capita foram obtidas na seção dedicada às Contas Nacionais e aquelas relativas aos valores adicionados, na seção de Contas Regionais.

Importa salientar que as informações da RAIS, utilizadas para a construção do IMER para estados e municípios, dizem respeito à parcela formalizada da força de trabalho<sup>8</sup>, ou seja, cerca de 50% dela (IBGE, 2019). Para as Regiões Metropolitanas essa limitação foi contornada pela utilização de uma base de dados diferente, com informações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), com dados do período que inicia em 2003 e vai até 2015 e que foi substituída, após 2015, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

---

<sup>8</sup>Seguindo a definição do IBGE para força de trabalho: “Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência”.

Tabela 1			
Código, classificação correspondente e descrição do setor moderno			
Subclasse*	CNAE 95	CNAE 2.0	Descrição
0510 a 0540 1010 a 1090	C	B	Indústrias Extrativas
1100 a 3090	D	C	Indústrias de Transformação
	E	D	Eletricidade e Gás
	E	E	Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Res...
3450 a 3490	F	F	Construção
4711 a 4810	I	H	Transporte, Armazenagem e Correio
5110 a 5520 6110 a 6170	H	I	Alojamento e Alimentação
4610 a 4660 5710 a 5890	I	J	Informação e Comunicação
4510 a 4540	J	K	Atividades Financeiras, de Seguros e Serv...

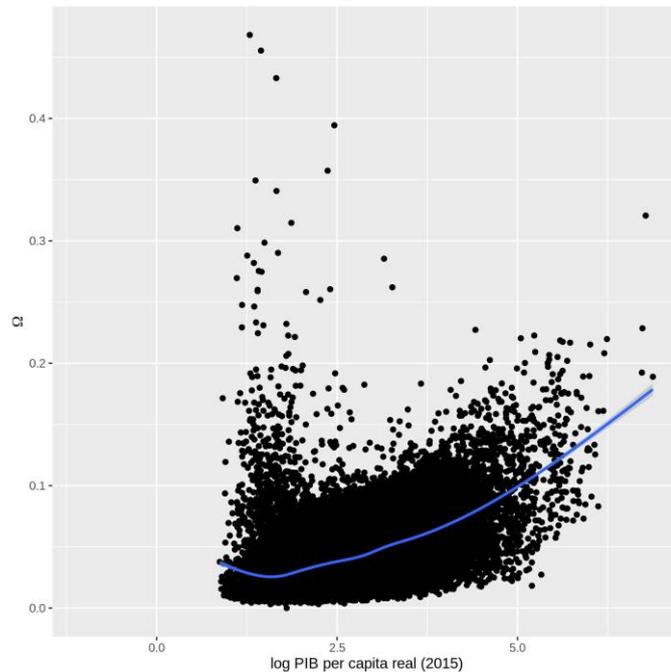
Fonte: IBGE, elaboração do autor.

\* Classificação utilizada para os anos de 1985 a 1994.

#### 4.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No trabalho de Lavopa e Szirmai (2018), os autores observam uma importante correlação entre o índice de modernização estrutural e o log do PIB per capita dos países. Para o estudo dos municípios e regiões metropolitanas é possível observar essa mesma correlação, mas não para os estados. Além disso, alguns elementos merecem observação: algumas cidades pequenas e com baixa intensidade tecnológica na produção constam na categoria de elevado PIB per capita, graças à presença de alguma grande empresa que está ali instalada (hidrelétrica, mineradora, petroleira etc.); há municípios que tiveram quedas em seu número de habitantes, o que poderia aparecer nos cálculos como ganhos de produtividade. De qualquer forma, esses são casos isolados que não comprometem os cálculos aqui realizados.

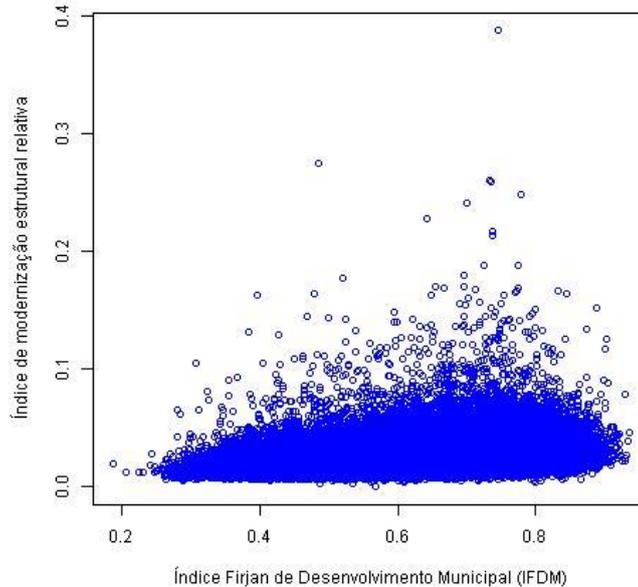
Gráfico 1 – Comportamento IMER x log PIB *per capita* real (2015)  
Todos os municípios (2002-2017)



Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

O Gráfico 1 apresenta a relação entre o IMER e o log do PIB *per capita* dos municípios. Observa-se que há uma concentração no estrato intermediário da renda, o que está de acordo com a classificação adotada pelo Banco Mundial que identifica o país como uma economia de renda média por habitante. Por outro lado, quando o índice é calculado entre países, existe uma importante correlação entre ele e o log do PIB *per capita* real; o mesmo ocorre com os cálculos aqui realizados: além do gráfico foi calculado o coeficiente de correlação de Pearson (0.57) que apresentou resultado estatisticamente significativo.

Gráfico 2 – Comportamento IMER x Comportamento IFDM  
Todos os municípios (2005-2016)



Fonte: Dados do IBGE, RAIS e FIRJAN, elaboração do autor.

O Gráfico 2 apresenta a relação entre os comportamentos do IMER e do Índice Firjan de Desenvolvimento municipal. É possível observar baixos níveis nos valores do IMER e grande dispersão no IFDM. Há uma correlação fraca entre as duas variáveis: Pearson (0.48). A opção pelo IFDM se deve ao seu maior poder explicativo e sua menor sensibilidade à renda, quando comparado com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Ou seja, não necessariamente os municípios com maior nível de desenvolvimento são os mais modernos em sua estrutura produtiva.

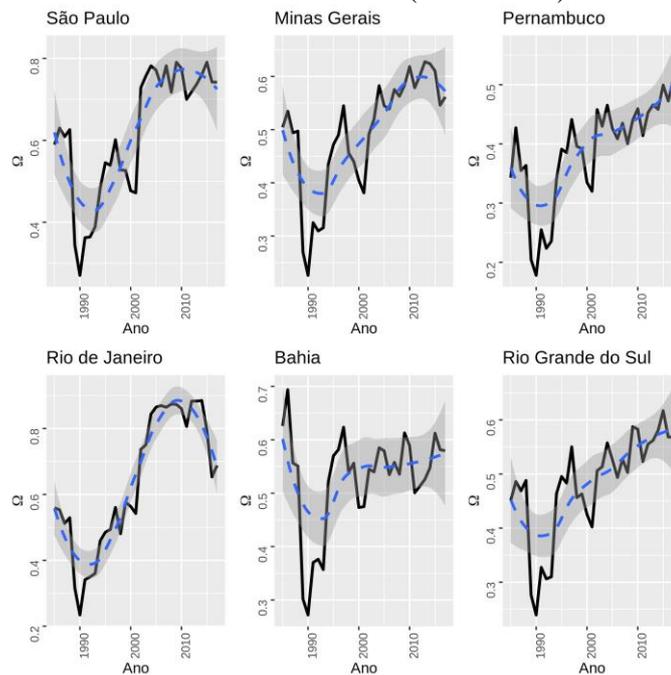
Os Gráficos 3 e 4 apresentam a trajetória do IMER para alguns estados selecionados<sup>9</sup>. O gráfico 3 mostra a trajetória do IMER ao longo dos anos, enquanto o gráfico 4 mostra curvas isoquantas do IMER<sup>10</sup> através da evolução conjunta de  $\lambda$  (modernização estrutural) e  $\rho$  (produtividade relativa). Na observação das ordenadas do gráfico 3, se sobressaem os diferentes níveis em que essas regiões performam, para o período estudado, o ponto de partida de algumas

<sup>9</sup> Para ver os resultados para todos os estados brasileiros consultar o Apêndice B deste trabalho.

<sup>10</sup> A direção de maior crescimento do IMER é perpendicular a estas curvas de nível (na direção do gradiente da função).

é o ponto de chegada de outras. Percebemos, já no gráfico 4, uma trajetória errática, com avanços e recuos, durante o período; destaca-se, entretanto, a distância desse caminho para aquele caminho ideal “de longo prazo”<sup>11</sup> que está representado pela reta (em vermelho) de 45° desde a origem.

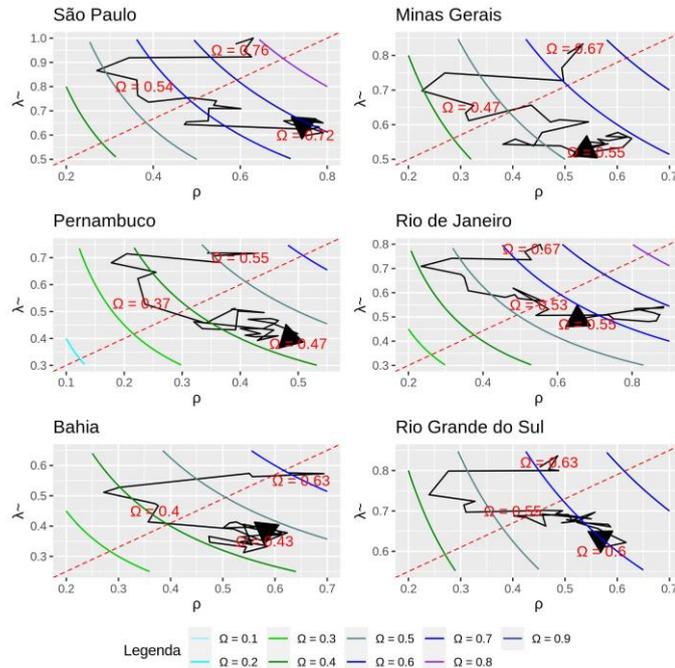
Gráfico 3 – Trajetória do IMER  
Estados selecionados (1985-2017)



Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

<sup>11</sup> Veja seção 4.3.

Gráfico 4 - Trajetória Estrutural  
Estados selecionados (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo. A legenda refere-se às isoquantas do IMER ( $\Omega$ ).

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

A queda vertiginosa no início da série do Gráfico 3, se traduz como recuo da produtividade relativa  $\rho$  no Gráfico 4, já foi observada e analisada por outros trabalhos, em uma perspectiva nacional, como o estudo de Bonelli (2014) já citado. A modernização estrutural e a produtividade do trabalho não conseguiram manter uma evolução equilibrada e consistente de acordo com o Gráfico 4. Após o recuo inicial na produtividade, observamos uma queda em  $\lambda$ , apesar do avanço em  $\rho$ , para todos os estados observados, o que denota um evoluir não consistente. A estrutura produtiva desses estados está regredindo em termos de modernização estrutural, e sua produtividade cresceu muito pouco e erraticamente no período (1985-2017)

É possível observar que as regiões estão, em média, afastadas de uma posição ideal “de longo prazo”<sup>12</sup> que seria uma reta de 45° desde a origem. Essa reta significaria que as regiões evoluiriam combinando aumentos de produtividade com modernização em sua estrutura produtiva e que estariam se dirigindo rapidamente para patamares superiores de domínio

<sup>12</sup> Veja seção 4.3.

tecnoprodutivos.

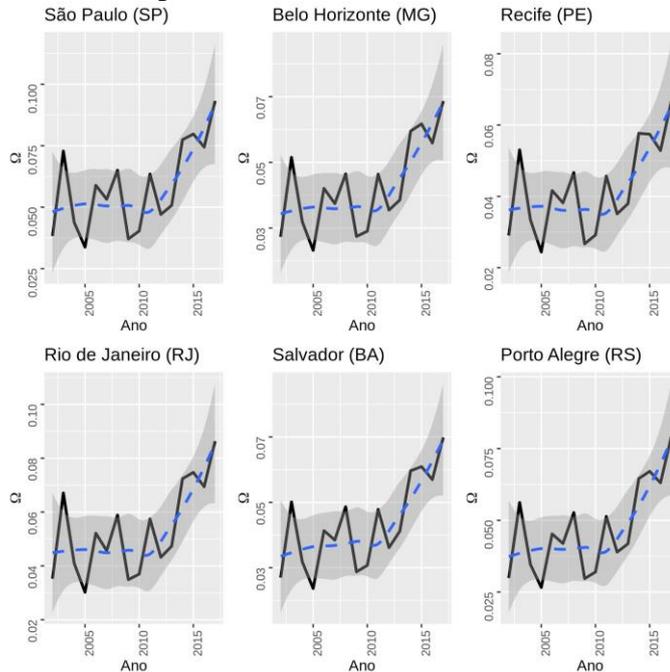
Os resultados para as 27 Unidades da Federação são apresentados no Apêndice B, mas o mesmo não é possível para os mais de 5000 municípios do país. Por esse motivo, selecionamos algumas capitais, de diferentes regiões do país. Os resultados para estados e municípios são perfeitamente comparáveis, pois as fontes de dados são as mesmas, mudando apenas o nível de agregação.

A nível municipal, as informações disponíveis são para um período (2002-2017) inferior àquele período (1985-2017) abrangido para estados, pois não há uma série mais longa de valor adicionado para este nível geográfico. Além disso, os valores adicionados das atividades modernas estão mais agregados em comparação ao recorte geográfico anterior (ver Apêndice A).

O que foi dito em relação ao comportamento do IMER para os Estados, pode também ser dito para algumas capitais selecionadas, de acordo com os Gráficos 5 e 6: trajetórias erráticas e pouco consistentes, em termos de desenvolvimento. Duas observações, além disso, merecem destaque: a) existe um padrão no evoluir dos municípios, que atribuímos à maneira como o IMER é construído, para ser uma medida de comparação em relação ao líder de cada período (no presente caso, ano a ano); b) a baixa escala de performance dos municípios, pois enquanto os Estados possuem um teto de 0.8 (nos valores do IMER), os municípios possuem um teto de 0.1 (Gráfico 5).

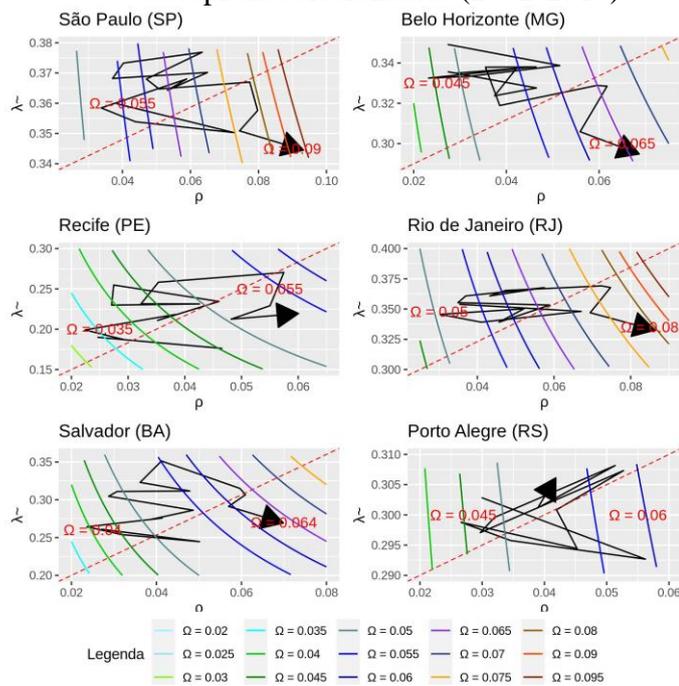
A desagregação dos indicadores para esses municípios (Gráfico 6) apresenta algum avanço na estrutura tecnoprodutiva e ganhos nos níveis de produtividade. Com base nessas informações, essas regiões deveriam buscar formas de desenvolver atividades mais sofisticadas tecnologicamente e estimular (preparar) os trabalhadores para assumirem esses postos, enfatizando a prioridade da modernização estrutural ( $\lambda$ ).

Gráfico 5 – Trajetória do IMER  
Capitais selecionadas (2002-2017)



Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

Gráfico 6 - Trajetória Estrutural  
Capitais selecionadas (2002-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo. A legenda refere-se às isoquantas do IMER ( $\Omega$ ).

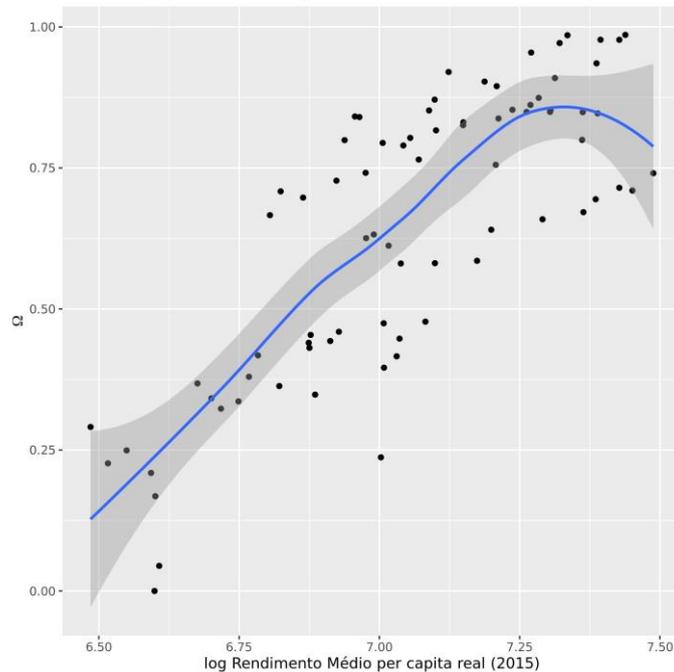
Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

A análise dos dados revela que os estados e municípios brasileiros estão, de modo geral, em uma trajetória de baixa ou nenhuma modernização estrutural. Os municípios ocupam uma posição inferior aos estados, com baixo desempenho nesses critérios, apesar de os últimos apresentarem uma queda na modernização estrutural para o período (trabalhadores migrando para setores menos produtivos, seria uma hipótese explicativa para outro estudo). Além disso, ambas as regiões apresentam uma trajetória não consistente em direção a uma maior modernização estrutural ( $\lambda$ ) e ao aumento da produtividade do trabalho ( $\rho$ ). Algumas Regiões Metropolitanas (RMs), por outro lado, e com outra base de dados, possuem uma trajetória mais consistente de modernização e aumento de produtividade, como se observa na sequência.

No estudo das RMs, ao invés de utilizarmos as informações da RAIS, utilizamos informações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), que foi descontinuada em 2015 e incorporada à PNAD contínua. Isso se justifica porque a PME e PNAD fazem coletas amostrais de dados para as regiões das metrópoles e incluem, em suas coletas, informações sobre o mercado informal de trabalho, além de uma importante desagregação por setores. Dessa maneira, podemos verificar como o IMER se comporta com essas informações que são de natureza diferente daquelas utilizadas para estados e municípios.

O Gráfico 7 indica que há uma importante correlação entre o IMER e a renda per capita nas regiões metropolitanas (RMs). Além do gráfico, o coeficiente de Pearson aponta um valor estatisticamente significativo de (0.77). Nas RMs se observa alguma consistência entre o indicador de desenvolvimento (renda per capita) e o IMER.

Gráfico 7 – IMER x log Rendimento domiciliar real (2015) *per capita*  
Regiões Metropolitanas (2003-2015)

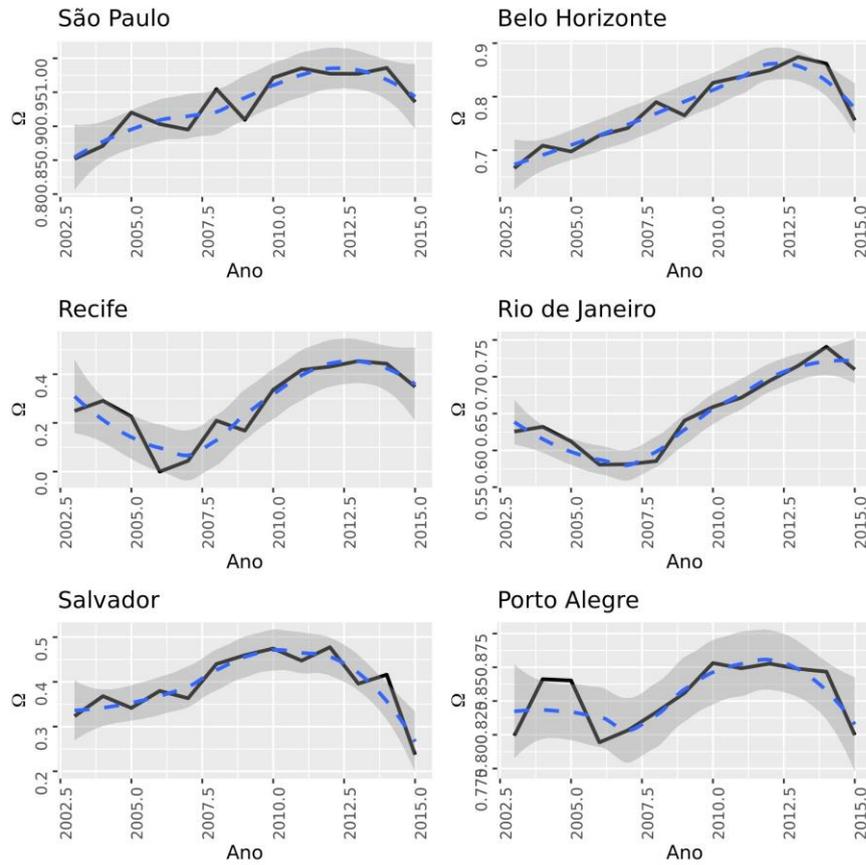


Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

As mesmas características de comportamento estadual errático aparecem nas regiões metropolitanas, com alguma melhora (Gráficos 8 e 9). As RMs do Rio de Janeiro e Belo Horizonte performam melhor e as demais regiões, apesar do baixo desempenho, estão em um caminho mais consistente com o IMER. Esse é o recorte político-administrativo que apresenta os melhores desempenhos para os períodos analisados.

Pela análise do Gráfico 8, há pouco avanço entre os anos inicial e final da série, as Regiões de Salvador e Porto Alegre estão virtualmente no mesmo ponto. Entretanto, as trajetórias (Gráfico 9) de Recife e Rio de Janeiro apresentam consistência, em termos de modernização, para o período estudado. A Região Metropolitana de São Paulo figura como a líder (em termos de modernização estrutural, ou seja, com  $\rho$  igual a 1) em todos os anos do período observado (2003-2015).

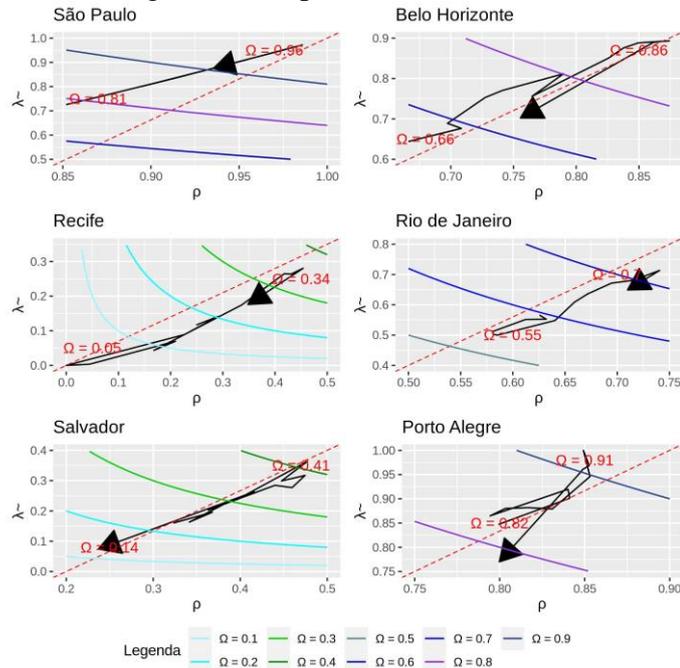
Gráfico 8 - Trajetória do IMER  
Regiões Metropolitanas (2003-2015)



Nota: Em azul a trajetória suavizada. Os números separados por um ponto final no eixo das abscissas referem-se ao ano e ao mês.

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

Gráfico 9 - Trajetória Estrutural  
Regiões Metropolitanas (2003-2015)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo. A legenda refere-se às isoquantas do IMER ( $\Omega$ ).

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

O Gráfico 9 revela ainda o ensaio de decolagem feito pela Região Metropolitana de Recife e a trajetória pouco consistente das Regiões de Salvador e Porto Alegre, já que suas produtividades e estruturas estão em um nível menor que aquele apresentado em 2003. O IMER dessas duas últimas está em queda desde o ano de 2010.

Das regiões com menor consistência, Porto Alegre figura com elevados níveis de produtividade (acima de 0.9) em quase todo o período e seu nível de modernização da estrutura tecno-produtiva é elevado (próximo de 0.8), apesar de estagnado. Em Porto Alegre e Salvador o descolamento entre as duas dimensões é evidente, bem como a conquista de algum ganho de produtividade.

De modo geral, as trajetórias estruturais de todos os níveis geográficos denotam uma pronunciada estagnação estrutural, com um tímido avanço (quando há) na produtividade relativa do trabalho. Os anos 90, dentro das séries estudadas, marcam a transição para estruturas produtivas sem dinâmica modernizante e com produtividade sem avanço.

É importante salientar que o IMER é sempre construído tomando uma determinada região como referência e, apesar de a escolha dessa referência ser justificada quantitativamente,

ela poderia ser outra. Por exemplo, no Brasil há organizações regionais de municípios e consórcios públicos (COREDES, Associações) ou mesmo estaduais (Consórcio do Nordeste), cuja existência poderia justificar uma referência intraorganizacional.

Além disso, a utilização do Índice supõe que a homogeneidade do recorte regional torna as demais diferenças irrelevantes. Por exemplo, São Paulo (Capital) é comparada a Olho d'Água do Casado (interior de Alagoas) e suas diferenças de dimensão, localização, qualificação da mão de obra e importância estratégica para o país não são explicadas pela elaboração do IMER.

#### 4.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este ensaio investiga a trajetória de modernização estrutural para três níveis de detalhamento geográfico no Brasil de 1985 a 2017. O acompanhamento destas trajetórias para diferentes regiões ajuda a lançar luz sobre os desafios a serem enfrentados pelas propostas de política econômica para esses níveis geográficos. Se, por um lado, os dados disponíveis permitem um olhar ao passado, por outro lado, eles também permitem pensar o futuro, a partir de projeções e simulações com as variáveis calculadas.

A estagnação ou regressão (em alguns casos) da estrutura instalada, em termos de modernização tecnológica, apontam para a urgência de medidas que revertam esse movimento. A baixa performance da produtividade do trabalho também merece atenção, mas seu evoluir não é tão dramático quanto o anterior e deve se beneficiar de uma eventual mudança nos rumos da política industrial.

A homogeneização espacial que os cálculos de produtividade e modernização provocam não deve diminuir a importância central de investigações de cunho histórico e cultural para cada contexto, do mesmo modo que não se deve prescindir do avanço em busca de dados com refinamento cada vez maior. Isso demanda um importante esforço de dar sentido a critérios de classificação de economia regional, que não apenas o político (utilizado neste ensaio).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória errática da modernização tecnoprodutiva brasileira possui uma contraparte de continuidade na sociabilidade fundada sobre discriminação e desigualdade. Tudo é feito sem uma base social de sustentação, como se os temores em relação ao povo, presente entre os nobres do Antigo Regime europeu ecoasse nas práticas e gestos dos detentores de poder no Brasil.

Em toda grande sociedade há conflitos de interesse que se materializam em instituições (inclusive classes) e na escolha de regimes políticos. A opção feita no Brasil pelo regime democrático, com a consagração do mandato partidário, não foi capaz de romper com a associação dependente que foi bem caracterizada pelas abordagens da dualidade. Paralelamente, também é possível entender que o “circuito fechado” em que se movem os grupos que acessam/detém o poder não permite que ameaças reais a seu *status* ganhem força a ponto de se tornarem uma ameaça e, na fórmula de Gabriel Cohn, o autoritarismo é como uma sombra da democracia brasileira.

A promulgação da Constituição Federal na década de 1980 coincide com outras inflexões importantes na sociedade brasileira: democratização e regressão tecnoprodutiva. Essas mudanças institucionais afetam e são afetadas pelas estruturas já estabelecidas pela sociedade no país. Em sociedades onde tudo se torna mercadoria, há também uma apropriação privada que deve ser garantida pelo direito e pelo Estado.

Nesse sentido, apesar do pluralismo econômico e da responsabilidade do Governo na promoção da dignidade humana estarem preconizados na Constituição, eles são logo confrontados pela inserção do país na onda neoliberal que tomava conta da América Latina. Paulatinamente são feitas mudanças nas leis que, dentre outras consequências, asseguram a fragilização dos trabalhadores e o fortalecimento das finanças improdutivas.

A institucionalização do subdesenvolvimento brasileiro vem acompanhada do esforço de mimese de teorias e instituições “avançadas”, que garantem que tudo mude para que tudo permaneça como está. As poucas tentativas de política industrial, no período pós 1980, não conseguiram uma articulação suficientemente forte, a nível institucional, que ensejasse o aparecimento do tão esperado Godot: uma elite nacionalista que conduza o país. De outro lado, a ausência de um engajamento social efetivo em políticas públicas (inclusive a industrial) deixa boa parte dos interessados alheia a temas que lhe são caros.

A ação humana (em sentido arendtiano) é o nome para esse engajamento responsável que daria o suporte necessário às políticas (também econômicas) que garantiriam a efetividade das instituições criadas para o benefício da população (inclusive a CF). Uma tal responsabilização, entretanto, tensionaria os próprios marcos civilizatórios que servem de modelo ao tipo de sociabilidade que se tenta implementar no país.

Por outro lado, na reflexão acerca do pensamento levinasiano, em uma abordagem crítica do modo como se elude da ética em discussões econômicas, foi possível perceber o mecanismo pelo qual realidades que deveriam ser combatidas e enfrentadas (fome, exploração, miséria) são despidas de seu drama e urgência para rechearem nossas páginas acadêmicas. Ainda que esse Outro fosse um terceiro, sua ausência não poderia ocorrer naquele que é o mais político dos temas econômicos (desenvolvimento).

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITZ, Moses. Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind. **The Journal of Economic History**, v. 46, n. 2, The Tasks of Economic History, Jun., 1986, 385-406
- ADORNO, Teodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. Intervenção. **Novos estudos CEBRAP**, v. 87, Jul, 2010.
- AMSDEN, Alice H. **The rise of "the rest"**: challenges to the west from late-industrializing economies. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- ASHWORTH, William. **A short history of the International Economy since 1850**. London: Longman, 1975.
- BARROS, Alexandre. **Desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BARTKY, Sandra Lee. Heidegger and the Modes of World-Disclosure. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 40, n. 2, Dec., 1979, p. 212-236.
- BASTOS, Élide Rugai. A história nunca se fecha. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, n.2, May-Aug, 2020, p. 677-694. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10214>>. Acesso em 10/03/2021.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2003.
- BEINHOCKER, Eric D. **The origin of wealth**: evolution, complexity, and the radical remaking of economics. Great Britain: Random House, 2007.
- BELSHAW, Cyril S. **Troca tradicional e mercado moderno**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 1, n. 2, março, 2001, p. 7-12.
- BIANCONI, Renata; COUTINHO, Mauricio C. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. **Nova Economia**, v. 29, n.especial, 2019, p.1141-1169.
- BONELLI, R. Produtividade e armadilha do lento crescimento. In: De Negri, F.; Cavalcante, L. R. (orgs.) **Produtividade no Brasil**: desempenhos e determinantes, v. 1. Brasília: ABDI:

IPEA, p. 111-141, 2014.

BOTELHO, André; BRASIL, Antonio; HOELZ, Maurício. Florestan Fernandes entre dois mundos: entrevista com Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn e Mariza Peirano, **Sociologia & Antropologia**, 2018, v. 8, n. 1, p. 15-43. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752017v8i11>>. Acesso em 02/05/2021.

BOWLES, Samuel. **The moral economy**: why good incentives are not substitute for good citizens. New Haven: Yale University Press, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova**, São Paulo, v. 111, 2020, p. 51-79.

CASTRO, Felipe Araújo. **Genealogia histórica do campo jurídico brasileiro**: liberalismo-conservador, autoritarismo e reprodução aristocrática. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, 2018.

CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando. O Nordeste na encruzilhada do desenvolvimento: a necessidade de construção de um sistema regional de inovação. In: Monteiro Neto, Aristides; Castro, César Nunes; Brandão, Carlos Antonio. **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. pág. 221-246.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder**: development strategy in historical perspective. London: Anthem, 2002.

CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. **Constituição econômica bloqueada**: impasses e alternativas. Teresina: Edufpi, 2020.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2002, p. 77-106.

DE VRIES, Gaaitzen et al. **The Economic Transformation Database (ETD)**: Content, Sources, and Methods. WIDER Technical Note 2/2021.' DOI: 10.35188/UNU-WIDER/WTN/2021-2.

DOW, Sheila C. Codes of ethics for economists: a pluralist view. **Economic Thought**, v. 2, n. 1, p. 20-29, 2013.

DOW, Sheila C. **Moral hazard and the banking crisis**, 2010. Disponível em:<[http://www.boeckler.de/pdf/v\\_2010\\_10\\_29\\_dow.pdf](http://www.boeckler.de/pdf/v_2010_10_29_dow.pdf)> . Acesso em: 01 jun. 2019.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural. In: LEITE, Marcos Vinicius Chiliatto. **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro**: Novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** – volume 2: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EMMETT, Ross B. **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

FEENSTRA, Robert C.; INKLAAR, Robert; TIMMER, Marcel P. The Next Generation of the Penn World Table. **American Economic Review**, 105(10), p. 3150-3182, 2015. Disponível em: <www.ggdc.net/pwt>, acesso em 20 de julho de 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FOLEY, Duncan. Michl, Thomas. **Growth and distribution**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, Celso. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GADELHA, C. A. G. Política industrial, desenvolvimento e os grandes desafios nacionais. In: LASTRES, Helena M. M. e outros (orgs.). **O futuro do desenvolvimento**: ensaios em homenagem a Luciano Coutinho. Campinas: UNICAMP, 2016.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Bioeconomia**: Verso un'altra economia ecologicamente e socialmente sostenibile. A cura di Mauro Bonaiuti. Torino: Bollati Boringhieri, 2003.

GUILLEY, Christophe. **Twilight of the Elites**: Prosperity, The Periphery, and the Future of France. New haven: Yale University Books, 2019.

HARVEY, David. **Spaces of Capital**: Towards a Critical Geography. New York: Routledge, 2001.

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric John. **A era do capital**: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric John. **Era dos extremos**: o breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INKLAAR, R.; TIMMER, M. The relative prices of services. **Review of Income and Wealth.**, New Haven, v. 60, n. 4, p. 727-746, Dezembro, 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>> . Acesso em: 20 jun. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2019**. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6593-190605atlasdaviolencia2019.pdf>> . Acesso em: 16 jul. 2019.

JABBOUR, Elias. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. A CHINA E A “SOCIALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO”: UMA ABORDAGEM KEYNES-GERSCHENKRON-RANGEL-HIRSCHMAN. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2018, p. 1-23.

KEYNES, John Maynard. **The collected writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Cambridge University Press for the Royal Economic Society, 2013.

KOUAMÉ, Wilfried; Tapsoba, Sampawende. Structural reforms and firms’ productivity: Evidence from developing countries. **World Development** 113 (2019) 157–171

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.

LAVOPA, Alejandro; Szirmai, Adam. Structural modernisation and development traps. An empirical approach. **World Development** 112 (2018) 59–73

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da idade média**. Lisboa: Gradiva, 1979.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini**: essai sur l'extériorité. Paris: Kluwer Academic, 1971.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre nous**: essais sur le penser-à-l'autre. Paris: B. Grasset, 1991.

LEVINAS, Emmanuel. **Éthique comme philosophie première**. Paris: Rivages, 1998.

LEWIS, Arthur W. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

MARQUETTI, Adalmir; Porsse, Melody de Campos Soares. Patrones de progreso técnico en la economía brasileña, 1952-2008. **Revista CEPAL**, n.113, ago 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. V 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MILL, John Stuart. **A system of logic, ratiocinative and inductive, being a connected view of the principles of evidence, and the methods of scientific investigation**. New York: Harper & Brothers, 1882. Disponível em: <[http://www.gutenberg.org/files/27942/27942-pdf.pdf?session\\_id=f90c67812ae55a22ac339b02d5919b7147768358](http://www.gutenberg.org/files/27942/27942-pdf.pdf?session_id=f90c67812ae55a22ac339b02d5919b7147768358)>. Acesso em 10/04/2019.

OCTAVIANI, Alessandro; BERCOVICI, Gilberto. Direito e Subdesenvolvimento. In: OCTAVIANI, Alessandro. **Estudos, Pareceres e Votos de Direito Econômico**. São Paulo: Singular, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; e, O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ÖZAK, Ömer. Distance to the pre-industrial technological frontier and economic development. **Journal of Economic Growth** (2018) 23: 175-221.

POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M & PEARSON, Harry W. **Trade and Markets in the Early Empires**. Glencoe: Free Press and Falcon's Wing Press, 1957.

POLANYI, Karl. **The great transformation**: the political and economic origins of our time. Boston: Beacon Press, 2001.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem**: e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POPOV, Vladimir; Jomo, K. Are developing countries catching up? **Cambridge Journal of**

**Economics** 2018, 42, 33–46

RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 2v.

SAMANIEGO, Roberto; SUN, Juliana. Productivity growth and structural transformation. **Review of Economic Dynamics** 21 (2016) 266–285

SEN, Amartya. **On Ethics and Economics**. Chichester: Wiley, 1991.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 2000.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro a abolição na imprensa e no imaginário social**. Porto Alegre: Civilização Brasileira, 2018.

SKIDELSKY, Robert. **El regreso de Keynes**. Barcelona: Crítica. 2009.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Ética como fundamento: uma introdução à ética contemporânea**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Ética como fundamento II: pequeno tratado de ética radical**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. Conceito e objeto do direito econômico. **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade Federal de Minas Gerais, v. 24, n. 16, maio 1976, p. 23-35.

SQUEFF, G. C.; De Negri, F. Produtividade do trabalho e rigidez estrutural no Brasil nos anos 2000. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 28. Brasília: IPEA, ago., 2013.

SUSIN, Luiz Carlos. **O homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Emmanuel Levinas**. Porto Alegre: EST, 1984.

SWEDBERG, Richard. Markets in Society. In: SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard. **The handbook of economic sociology**. New York: Princeton University Press, 2005, Cap. 11, p. 233-253.

ŚWIECKI, Tomasz. Determinants of structural change. **Review of Economic Dynamics** 24 (2017) 95–131

SYVERSON, Chad. What Determines Productivity? **Journal of Economic Literature** 2011, 49:2, 326–365

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, Jose Luis. **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

TIMMER, M. P., DE VRIES, G. J., DE VRIES, K. Patterns of Structural Change in Developing Countries. In: WEISS, J.; TRIBE M. (Eds.), **Routledge Handbook of Industry and Development**. Routledge: 2015, p. 65-83.

TOREZANI, Tomás Amaral. **Evolução da produtividade brasileira**: mudança estrutural e dinâmica tecnológica em uma abordagem multissetorial. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, RS, 2018 .

ULATE, Esteban J. Beltrán; SOUZA, Ricardo Timm de. Ethics as a true revolution, another way to read Levinas or beyond. **Veritas**, v. 63, n.1, p. 72-86, 2018.

ÜNGÖR, Murat. Productivity growth and labor reallocation: Latin America versus East Asia. **Review of Economic Dynamics** 24 (2017) 25–42.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VON MISES, Ludwig. **Ação humana**: um tratado de economia. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

## **APÊNDICE A – Composição das variáveis**

### **A.1) Para os municípios:**

- Total de vínculos ativos em 31/12 (RAIS)

- Setores modernos (RAIS)

01-Extrativa mineral

02-Indústria de produtos minerais não metálicos

03-Indústria metalúrgica

04-Indústria mecânica

05-Indústria do material elétrico e de comunicações

06-Indústria do material de transporte

07-Indústria da madeira e do mobiliário

08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica

09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas

10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria

11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos

12-Indústria de calçados

13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico

15-Construção civil

18-Instituições de crédito, seguros e capitalização

20-Transportes e comunicações

21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ..

- Valor adicionado

Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)

Variável - Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (Mil Reais)

### **A.2) Para os estados:**

- Total de vínculos ativos em 31/12 (RAIS)

- Setores modernos (RAIS)

01-Extrativa mineral

02-Indústria de produtos minerais não metálicos

03-Indústria metalúrgica

04-Indústria mecânica

05-Indústria do material elétrico e de comunicações

06-Indústria do material de transporte

07-Indústria da madeira e do mobiliário

08-Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica

09-Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas

10-Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria

11-Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos

12-Indústria de calçados  
 13-Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico  
 15-Construção civil  
 18-Instituições de crédito, seguros e capitalização  
 20-Transportes e comunicações  
 21-Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, ..

- Valor adicionado  
 Ind Extr Mineral  
 Ind Transformação  
 Construção  
 Alojamento e Alimentação  
 Transportes e Armazenagem  
 Comunicações  
 Financeiro

### **A.3) Para as regiões metropolitanas:**

- População Economicamente Ativa (PME)
- Pessoas ocupadas, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade (com e sem carteira assinada) - PME:
  - Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água
  - Construção
  - Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais)
- Valor adicionado Municípios  
 Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Mil Reais)  
 Variável - Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (Mil Reais)
- Rendimento médio per capita ao invés do PIB

### **A.4) Para o Brasil:**

- Total de vínculos ativos em 31/12 (RAIS)
- Setores modernos: ISIC.4, correspondentes à CNAE 2.0 apresentada na Tabela 1 do Ensaio 3.
- Valor adicionado  
 GGDC 10-Sector Database (DE VRIES, et al., 2021; TIMMER, DE VRIES, DE VRIES, 2015).  
 Valor adicionado a preços constantes de 2005
- Procedimento:
  - 1) Conversão para dólar dos valores adicionados expressos em moedas domésticas de cada um

dos setores modernos. A taxa de câmbio é aquela disponível na Penn World Table 9.0 (FEENSTRA; INKLAAR; TIMMER, 2015)

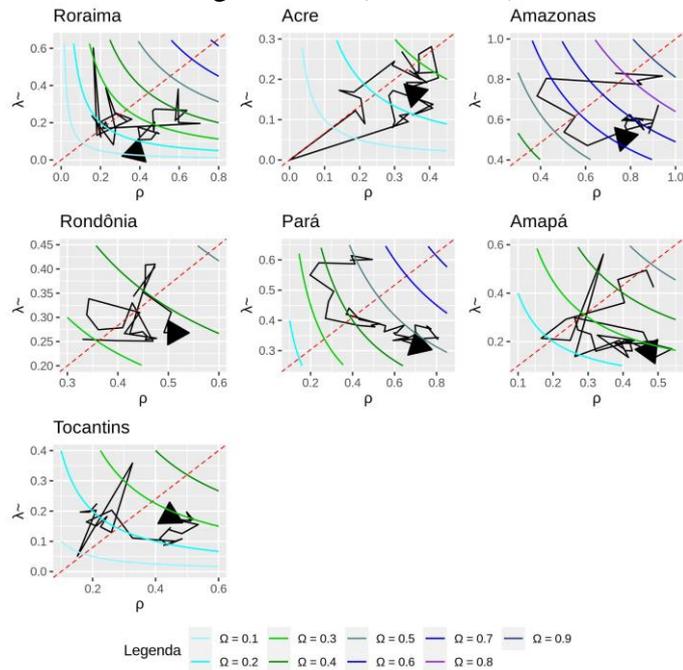
2) Correção dos valores pelo índice PPP setorial. Valores em dólar obtidos pelos conversores setoriais de cada país fornecidos pela Productivity Level Database (INKLAAR; TIMMER, 2014). Ano de referência: 2005.

3) Extrapolação desse valor (2) para os demais anos, usando a taxa de crescimento em 2005 do valor adicionado.

## APÊNDICE B – Trajetória estrutural para os estados brasileiros e DF

### A2.1 – Trajetória Estrutural

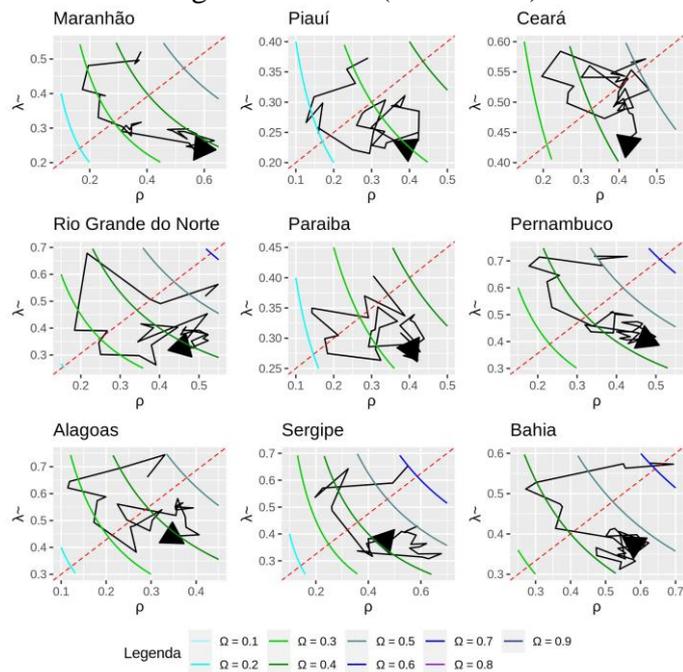
#### Região Norte (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo.

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

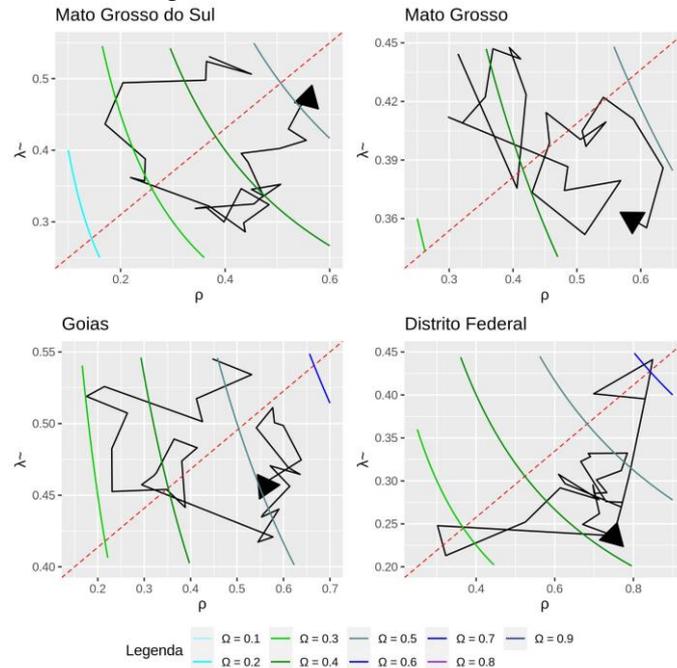
### A2.2 – Trajetória Estrutural Região Nordeste (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo.

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

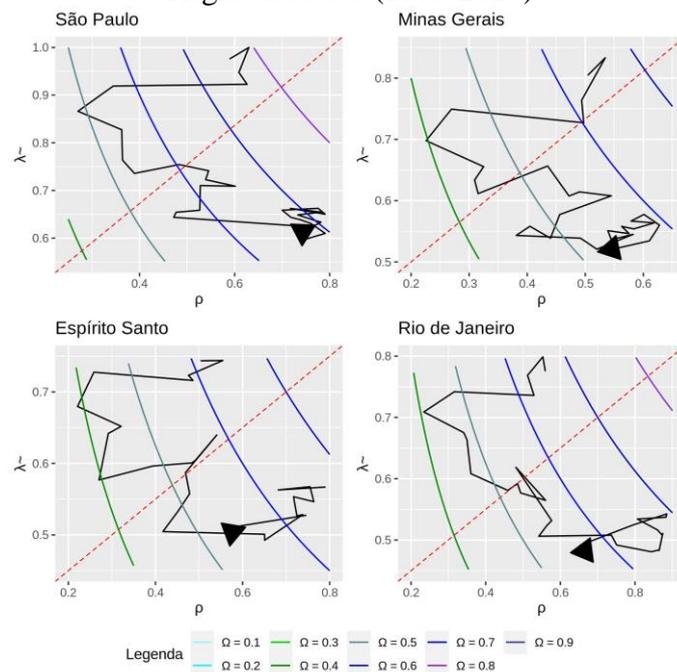
### A2.3 – Trajetória Estrutural Região Centro-Oeste (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo.

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

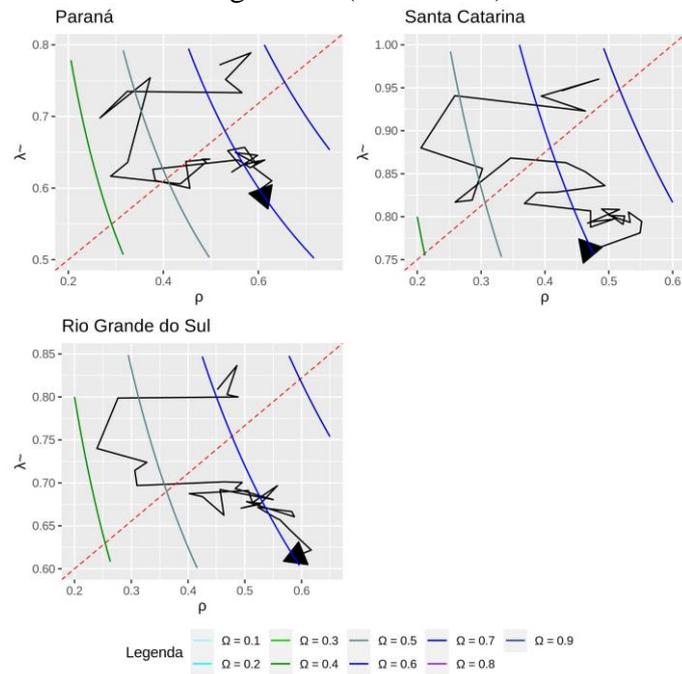
### A2.4 – Trajetória Estrutural Região Sudeste (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo.

Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

### A2.5 – Trajetória Estrutural Região Sul (1985-2017)



Nota: Em vermelho a trajetória estrutural ideal de longo prazo.  
Fonte: Dados do IBGE e RAIS, elaboração do autor.

### APÊNDICE C – Valores de alfa para o IMER e correlação (Pearson) com variáveis selecionadas

Priorizamos a correlação mais significativa estatisticamente entre o IMER e o PIB *per capita* real, como indicador de desenvolvimento, porque é a série mais longa que temos disponível, além de o último ser uma variável tradicionalmente utilizada em estudos sobre o tema. Os indicadores IFDM e IDH estão disponíveis para apenas alguns anos dos períodos analisados. No caso específico dos estados, optamos por uma correlação estatisticamente significativa com o IDH devido ao fato de a mesma significância não ser constatada em relação ao PIB *per capita* real ou ao ICE<sup>13</sup> (para qualquer valor de  $\alpha$ ).

#### C.1 – Municípios

<b>IMER</b>	<b>PIB per capita real (2015)</b>	<b>IFDM*</b>	<b>ICE</b>
$\alpha = 0$	0.1177628	-0.18106859	0.004676711
$\alpha = 0.1$	0.1595599	-0.19481907	0.015706074
$\alpha = 0.2$	0.2246961	-0.17957763	0.036335741
$\alpha = 0.3$	0.3228679	-0.10690558	0.061599913
$\alpha = 0.4$	0.4490332	0.05471356	0.084364858
$\alpha = 0.5$	0.5509131	0.28619947	0.103836063
$\alpha = 0.6$	0.5692943	0.48299352	0.120041550
$\alpha = 0.7$	0.5269510	0.58674533	0.129890292
$\alpha = 0.8$	0.4680926	0.62131399	0.127800290
$\alpha = 0.9$	0.4104685	0.61715651	0.111837280
$\alpha = 1$	0.3576107	0.59138845	0.088164954

\*Nota: IFDM para o período 2002-2017.

---

<sup>13</sup>ICE (Índice de Complexidade Econômica) calculado para os três níveis regionais pelo projeto DataViva: <<http://www.dataviva.info/>>.

**C.2 – Estados**

<b>IMER</b>	<b>PIB per capita real (2015)</b>	<b>IDH*</b>	<b>ICE</b>
$\alpha = 0$	0.009964696	0.68445441	0.2682122
$\alpha = 0.1$	0.028203012	0.69459428	0.2953545
$\alpha = 0.2$	0.049511093	0.69260330	0.3148027
$\alpha = 0.3$	0.073727430	0.67152366	0.3223096
$\alpha = 0.4$	0.099456702	0.62393634	0.3160784
$\alpha = 0.5$	0.124275093	0.54592645	0.2978452
$\alpha = 0.6$	0.145346371	0.44180170	0.2716523
$\alpha = 0.7$	0.160595330	0.32420203	0.2416909
$\alpha = 0.8$	0.169499934	0.20780164	0.2110147
$\alpha = 0.9$	0.172873994	0.10279642	0.1813825
$\alpha = 1$	0.172089551	0.01333105	0.1536119

\*Nota: IDH para os anos 1991, 2000, 2010, 2016, 2017.

**C.3 – Regiões Metropolitanas**

<b>IMER</b>	<b>Renda per capita real (2015)</b>	<b>IDH*</b>	<b>ICE</b>
$\alpha = 0$	0.6463086	0.6338673	0.8746750
$\alpha = 0.1$	0.7085350	0.6188444	0.7143000
$\alpha = 0.2$	0.7469128	0.5896981	0.6604361
$\alpha = 0.3$	0.7630093	0.5645403	0.6137240
$\alpha = 0.4$	0.7692447	0.5450257	0.5745038
$\alpha = 0.5$	0.7703996	0.5299272	0.5409621
$\alpha = 0.6$	0.7686116	0.5179387	0.5115385
$\alpha = 0.7$	0.7649682	0.5080837	0.4851255
$\alpha = 0.8$	0.7600775	0.4996830	0.4609574
$\alpha = 0.9$	0.7543039	0.4922719	0.4384994
$\alpha = 1$	0.7478778	0.4855311	0.4173719

\*Nota: IDH para os anos 2000, 2010, 2016, 2017.